

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
EDUCAÇÃO

Gabriele Marchionatti Fontoura

MEDIAÇÃO COLABORATIVA:
O DIÁLOGO ENTRE O PROFISSIONAL DA PSICOLOGIA E O
EDUCADOR ESPECIAL

Santa Maria, RS
2022

Gabriele Marchionatti Fontoura

MEDIAÇÃO COLABORATIVA:
O DIÁLOGO ENTRE O PROFISSIONAL DA PSICOLOGIA E O
EDUCADOR ESPECIAL

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientadora: Prof^a Dr^a Sílvia Maria de Oliveira Pavão

Santa Maria, RS
2022

Fontoura, Gabriele

MEDIAÇÃO COLABORATIVA: O DIÁLOGO ENTRE O PROFISSIONAL
DA PSICOLOGIA E O EDUCADOR ESPECIAL / Gabriele
Fontoura.- 2022.

77 p.; 30 cm

Orientadora: Silvia Maria de Oliveira Pavão
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa
Maria, Centro de Educação, Programa de Pós-Graduação em
Educação, RS, 2022

1. Psicologia Escolar 2. Inclusão 3. Ensino
colaborativo 4. Educação especial I. de Oliveira Pavão,
Silvia Maria II. Título.

Sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFSM. Dados fornecidos pelo autor(a). Sob supervisão da Direção da Divisão de Processos Técnicos da Biblioteca Central. Bibliotecária responsável Paula Schoenfeldt Patta CRB 10/1728.

Declaro, GABRIELE FONTOURA, para os devidos fins e sob as penas da lei, que a pesquisa constante neste trabalho de conclusão de curso (Dissertação) foi por mim elaborada e que as informações necessárias objeto de consulta em literatura e outras fontes estão devidamente referenciadas. Declaro, ainda, que este trabalho ou parte dele não foi apresentado anteriormente para obtenção de qualquer outro grau acadêmico, estando ciente de que a inveracidade da presente declaração poderá resultar na anulação da titulação pela Universidade, entre outras consequências legais.

Gabriele Marchionatti Fontoura

**MEDIAÇÃO COLABORATIVA:
O DIÁLOGO ENTRE O PROFISSIONAL DA PSICOLOGIA E O
EDUCADOR ESPECIAL**

Dissertação apresentada ao Curso de Pós- Graduação em Educação, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para a obtenção do título de **Mestre em Educação**.

Aprovado em 22 de novembro de 2022:

Silvia Maria de Oliveira Pavão, Dr.^a
(UFSM)(Presidente/Orientadora)

Carmen Rosane Segato e Souza,
Dr.^a (SEE-RS)(por videoconferência)

Marcia Doralina Alves,
Dr.^a
(UFSM) (por videoconferência)

Santa Maria, RS
2022

DEDICATÓRIA

*A minha mãe, **Maria Tereza Marchionatti** (in memoriam), exemplo de coragem, determinação, carinho constante com os seus. Por seu amor infinito, intensidade, o qual sempre achava solução para tudo.*

Por ter sido uma mulher de fé e fibra.

Meu alicerce, meu exemplo de mãe, avó, mulher, profissional.

Ficará sempre comigo através de minhas escolhas, pois sou parte da sua história e você da minha.

Te amo infinitamente.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente aos meus pais Rafael Fontoura e Maria Tereza Marchionatti (in memoriam) por serem meus mestres no decorrer da minha vida, me ensinando valores que carrego comigo. Por me incentivarem a nunca desistir dos sonhos e me apoiarem nas minhas decisões. Por estarem comigo em todos os momentos da minha vida, torcendo para meu sucesso e a minha conquista. Por toda a dedicação que foi me dada até hoje.

Ao meu filho amado, Arthur Fontoura por proporcionar o meu amadurecimento frente as dificuldades que foi nos imposta. Que me ensinou a ser forte e saber do meu potencial enquanto mãe. Pelo seu carinho e compreensão, pela força que me dá para prosseguir e crescer tanto pessoalmente quanto profissionalmente. Te amo meu filho.

A minha irmã, Danielle Marchionatti F. Spall que sempre me auxiliou, pelo carinho que nos uni. Por ter me incentivado e ter me apoiado e auxiliado em vários episódios de minha vida. Juntamente com meu cunhado, Carlos Felipe Spall e meu sobrinho, Joaquim Fontoura Spall, por estarem sempre ao meu lado, pela torcida, pelo apoio que sem dúvidas deu-me forças para vencer cada obstáculo encontrado no caminho.

Aos meus mestres que no decorrer de toda minha formação me oportunizaram a criticidade, competência e responsabilidade e ainda sim respeitar e me despir de pré-conceitos diante das diversidades sociais, culturais que temos contato na nossa vida social e profissional.

A minha orientadora Prof.^a Dr.^a Silvia Maria Pavão, com quem convivi nos últimos dois anos e por quem tenho profunda admiração e respeito, por ter me auxiliado na construção deste trabalho, por não ter desistido de mim em momentos difíceis, por sempre ter uma palavra de apoio e carinho. Permitindo que eu concluísse essa etapa da minha formação.

Aos amigos, que se fizeram presente no decorrer desta caminhada, aos colegas que compartilharam conhecimentos. Aos meus guias espirituais, a oxalá e aumbanda por me permitirem realizar este trabalho, me protegendo, me proporcionando ensinamentos e proteção de modo que me permita a evolução espiritual.

RESUMO

MEDIAÇÃO COLABORATIVA: O DIÁLOGO ENTRE O PROFISSIONAL DA PSICOLOGIA E O EDUCADORESPECIAL

AUTORA: Gabriele Marchionatti Fontoura
ORIENTADORA: Silvia Maria de Oliveira Pavão

Este trabalho é vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), da Linha de pesquisa 3 (LP3) - Educação Especial, Inclusão e Diferença. Tem por objetivo compreender as interfaces das ações do Psicólogo e do Educador Especial no contexto escolar para efetivar a inclusão de alunos Público-Alvo da Educação Especial. É uma pesquisa dotipo qualitativa e exploratória, com estudo de caso. Participaram da pesquisa duas profissionais, uma educadora especial e uma psicóloga, que atuavam em uma escola. Os resultados analisados de forma qualitativa apontaram inexistência de trabalho colaborativo no atendimento aos estudantes. Os fatores que intervém nesse processo, envolvem o perfil de comunicação entre os profissionais, motivação e gestão escolar. Conclui-se que são muitos os desafios para que ocorra a mediação colaborativa, pois esbarram em fatores diversos, tais como, as demandas de trabalho, a carga horária dos profissionais, a organização/gestão escolar, entre outros.

Palavras-Chave: Educação Especial; Ensino colaborativo; Psicologia.

ABSTRACT

COLLABORATIVE MEDIATION: THE DIALOGUE BETWEEN THE PSYCHOLOGY PROFESSIONAL AND THE SPECIAL EDUCATOR

AUTHOR: Gabriele Marchionatti Fontoura
ADVISOR: Silvia Maria de Oliveira Pavão

This study is linked to the Graduate Program in Education (PPGE) of the Federal University of Santa Maria (UFSM), research line 3 (LP3) - Special Education, Inclusion and Difference. It aims to understand the interfaces of the Psychologist's and the Special Educator's actions in the school context to implement the inclusion of Special Education Target Public students. It is qualitative and exploratory research, with a case study. Two professionals participated in the research, a special educator and a psychologist, and both developed their functions in a school. The results analyzed qualitatively pointed to the lack of collaborative work in assisting students. The factors involved in this process involve the profile of communication between professionals, motivation, and school management. It is concluded that there are many challenges for collaborative mediation to occur, as they collide with different factors, such as work demands, the workload of professionals, and school organization/management, among others.

Keywords: Special Education; Collaborative teaching; Psychology.

LISTA QUADROS

Quadro 1 - Graus de comunicação no processo colaborativo.....	36
Quadro 2 - Resultado da pesquisa na BDTD.....	42
Quadro 3 - Resultado da pesquisa no Portal da CAPES.....	43
Quadro 4 - Resultados da entrevista com o Educador Especial....	44
Quadro 5 - Resultado da entrevista com o Psicólogo	45

LISTA DE FIGURA

FIGURA 1 - Mediação colaborativa no contexto escolar..... 55

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

GEPEDUSI	Grupo de Estudos em Educação, Saúde e Inclusão
UFSM	Universidade Federal de Santa Maria
CAED	Coordenadoria de Ações Educacionais
AEE	Atendimento Educacional Especializado
LDBEN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
PROGRAD	Pró-Reitoria de Graduação
PPGE	Programa de Pós-Graduação em Educação
PL	Plano de lei
PNE	Política Nacional de Educação
PNEEPEI	Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva
CRP	Conselho Regional de psicologia
CFP	Conselho Federal de Psicologia
RS	Rio Grande do sul
ABRAPEE	Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional
CRP	Conselho Regional de Psicologia
CFP	Conselho Federal de psicologia
UFN	Universidade Franciscana
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
UNOPAR	Universidade Pitagóras
CEETT	Coordenadoria de Educação Básica, Técnica e Tecnológica
BDTD	Biblioteca Digital de Teses e Dissertações

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	15
2 METODOLOGIA.....	19
2.1 TIPO DE ESTUDO.....	20
2.2 LÓCUS DA PESQUISA E SUJEITOS.....	21
2.3 COLETA DE DADOS.....	22
2.4 MÉTODO DE ANÁLISE.....	23
2.5 QUESTÕES ÉTICAS.....	24
3 PRESSUPOSTOS TEÓRICOS DA PESQUISA: EM BUSCA DE UMA INTERLOCUÇÃO TEÓRICA.....	26
3.1 PSICOLOGIA ESCOLAR: HISTÓRIA SOBRE A ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO ESCOLAR.....	26
3.2 PSICOLOGIA ESCOLAR: HISTÓRIA SOBRE A ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO ESCOLAR.....	30
3.3 EDUCAÇÃO ESPECIAL: PREMISSAS DE SUAS POLÍTICAS	32
3.4 INFLUÊNCIA PARA O PROCESSO DE MEDIAÇÃO COLABORATIVA: PSICÓLOGO E EDUCADOR ESPECIAL.....	34
4 RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	41
4.1 RESULTADOS DOS DADOS BIBLIOGRÁFICOS.....	41
4.2 PSICOLOGIA ESCOLAR E EDUCAÇÃO INCLUSIVA.....	44
4.3 INTERFACES DA MEDIAÇÃO COLABORATIVA: BENEFÍCIOS E DESAFIOS ENTRE EDUCAÇÃO ESPECIAL E PSICOLOGIA.....	46
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	58
REFERÊNCIAS.....	60
APÊNDICE A - ROTEIRO DE ENTREVISTA COM PSICÓLOGO.....	67
APÊNDICE B- ROTEIRO DE ENTREVISTA COM O EDUCADOR ESPECIAL.....	68
APÊNDICE C- TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.....	69
APÊNDICE D - TERMO DE CONFIDENCIALIDADE.....	72
APÊNDICE E - AUTORIZAÇÃO INSTITUCIONAL.....	73
ANEXO A – RESUMOS COMPLETOS PESQUISA BDTD.....	74
ANEXO B – RESUMOS COMPLETOS PESQUISA PORTAL DA CAPES.....	75

APRESENTAÇÃO

Essa pesquisa tem como tema a “Mediação Colaborativa entre o profissional da psicologia e o educador especial”. O interesse por estudar a temática surgiu por meio das vivências proporcionadas no decorrer da formação acadêmica, desde a graduação em Psicologia pela Universidade Franciscana (UFN) em Santa Maria (RS), concluída em 2015, e atuação profissional em contextos clínicos e educacionais. As experiências na atuação, especialmente junto a pessoas com deficiência vieram a influenciar fortemente as minhas inquietações enquanto pesquisadora.

Neste contexto, a minha atuação com pessoas com deficiência teve início no ano de 2017, como técnica da equipe de referência, do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) no município de Cruz Alta, Rio Grande do Sul. Neste serviço público oferecido a comunidade, uma das atividades consistia em discutir os casos em colaboração com mais dois setores do município: Educação e Saúde, dessa forma trabalhava-se de modo interdisciplinar. Através deste diálogo entre setores se tornava possível oferecer um serviço de qualidade aos usuários da assistência, ampliando também a qualidade do acesso aos seus direitos, tanto nas questões sociais, quanto saúde e educação. Buscava-se desenvolver estratégias para organização familiar, situação de vulnerabilidade, acesso de alunos a sala de recuso e atendimentos visando melhorar o desempenho escolar das pessoas que estivesse em idade escolar.

No ano de 2019, atuando em contexto clínico com algumas demandas voltadas para as questões do contexto escolar com pessoas com deficiência, surge a necessidade de um aprimoramento na formação, dando início ao curso de Especialização em Educação Especial com Ênfase em Comunicação Alternativa pela Universidade Pitágoras (UNOPAR), tornando-se conclusivo em janeiro de 2020. O curso amplia as possibilidades de atuação, proporcionando ao mesmo tempo um estágio no papel de monitora escolar, auxiliando na inclusão de um aluno com Transtorno do Espectro Autista, que frequentava o 4º ano do

Ensino Fundamental.

No primeiro semestre deste mesmo ano passo a fazer parte do Grupo de Estudo em Educação, Saúde e Inclusão (GEPEDUSI), vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Educação da UFSM. O interesse em participar deste grupo de estudos vem ao encontro de minha trajetória acadêmica e profissional que se constituiu por meio do diálogo entre saúde e educação podem e devem fazer parte do ambiente escolar, proporcionando melhor qualidade de ensino e aprendizagem, o que reflete positivamente na inclusão de alunos com deficiência, sendo esta uma das propostas do grupo em questão, desde então venho pesquisando a interface entre psicologia, escola, inclusão e saúde.

PARTE 1

A possibilidade não é a realidade, mas é, também ela, uma realidade: que o homem possa ou não fazer determinada coisa, isto tem importância na valorização daquilo que realmente se faz. Possibilidade quer dizer “liberdade”. A medida da liberdade entra na definição de homem. Que existam as possibilidades objetivas de não se morrer de fome e que, mesmo assim, se morra de fome, é algo importante, ao que parece. O quanto os indivíduos possam humanizar-se em seu processo de formação depende, é claro, das possibilidades concretas existentes para o gênero humano em cada momento histórico. Se essas possibilidades não se concretizam na vida dos indivíduos temos então o fenômeno da alienação. Note-se que esse fenômeno, antes de apresentar-se como um fenômeno da consciência, é um fenômeno social objetivo. Que indivíduos morram de fome quando existem as condições objetivas para que isso não ocorra é uma consequência das relações sociais alienadas objetivamente existentes. As formas de alienação subjetivas são ao mesmo tempo consequência dessa alienação objetiva e fortalecedoras da mesma. Nossa sociedade contemporânea apresenta a alienação desde a forma objetiva mais brutal que é a morte de milhões de seres humanos decorrente de causas para cujo enfrentamento existem condições objetivas (fome, doenças, drogas, violência etc.) até as formas subjetivas produzidas pelo anestesiamiento das consciências pelos degradantes produtos culturais com os quais a população é bombardeada cotidianamente pelos meios de comunicação.[...]

A psicologia de Vigotski, para se tornar uma referência para os educadores brasileiros de hoje, precisa ser estudada como parte de um estudo maior [...]. (DUARTE, 2003, p. 342-3).

1 INTRODUÇÃO

O Presente estudo tem como tema a “Mediação Colaborativa” entre o profissional da psicologia e o educador especial, no processo de inclusão de alunos público alvo da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva – PNEEPEI. Buscando compreender as interfaces das ações dos profissionais o contexto escolar para efetivar a inclusão destes alunos.

Quando se pensa em inclusão escolar, muitas vezes, vem à mente a atuação do professor da sala regular e do educador especial, considerando que este último possui formação específica para atuar com o público-alvo da Educação Especial. Porém, esses não são os únicos responsáveis pela inclusão escolar, diferentes profissionais podem desenvolver suas ações em espaço escolar inclusivo, como também o psicólogo.

Autores pesquisados, mostram que os profissionais da psicologia que atuam no campo escolar na atualidade devem atuar em equipes multidisciplinares, aliando teoria e prática, na interação com os demais profissionais da escola, construindo soluções que inclua multiplicidade de ideias, personalidades, condições sociais, que são inerentes a vida e a comunidade escolar. (ANTUNES, 2008; DIAS et al., 2014; MARTÍNEZ, 2010; ALMEIDA; MARINHO-ARAÚJO, 2010).

Estudos trazem que há estreita relação entre história da psicologia educacional e a educação no Brasil. A atuação do Psicólogo escolar ocorreu no país juntamente com o desenvolvimento da psicologia como ciência. Sua prática, no contexto escolar, era centrada principalmente na psicometria e no desenvolvimento de intervenções clínicas individuais. A causa dos problemas educacionais estava centrada no aluno, não eram considerados fatores as questões- sociais, econômicas, políticas, institucionais, históricas e pedagógicas. (CASSINS et al., 2007).

Diante disso surgiu as questões da pesquisa: quais as perspectivas e apontamentos sobre as possibilidades e dificuldades do trabalho colaborativo entre o Psicólogo e o Educador Especial no contexto escolar? E ainda em que medida ocorreu trabalho colaborativo destes profissionais com vistas educação

inclusiva de alunos?

No que tange à essas questões o **objetivo geral** corresponde a:

Compreender a interfaces das ações do Psicólogo e do Educador Especial no contexto escolar para efetivar a inclusão de alunos Público-Alvo da Educação Especial.

E os **objetivos específicos**:

- Descrever os campos teóricos da psicologia escolar e educação especial;
- Identificar a maneira como ocorre a mediação entre o Psicólogo e o Educador Especial, frente à educação inclusiva;
- Analisar sobre os benefícios e desafios que o trabalho colaborativo destes profissionais pode representar frente à educação inclusiva.

Para subsidiar esta mediação entre os profissionais da psicologia e educação especial será usada como teoria de base a Teoria Histórico-Cultural de Vygotsky, (1995; 1999; 2005; 2022) pois para este autor a complexidade da estrutura humana se dá pela história individual e social de cada sujeito, mediadas por instrumentos e a natureza a qual este sujeito está exposto.

De acordo com Vygotsky, todas as atividades cognitivas básicas do indivíduo ocorrem de acordo com sua história social e acabam se constituindo no produto do desenvolvimento histórico-social de sua comunidade (Luria, 1976). Portanto, as habilidades cognitivas e as formas de estruturar o pensamento do indivíduo não são determinadas por fatores congênitos. São, isto sim, resultado das atividades praticadas de acordo com os hábitos sociais da cultura em que o indivíduo se desenvolve. Conseqüentemente, a história da sociedade na qual a criança se desenvolve e a história pessoal desta criança são fatores cruciais que vão determinar sua forma de pensar. Neste processo de desenvolvimento cognitivo, a linguagem tem papel crucial na determinação de como a criança vai aprender a pensar [...] (VYGOTSKY, 2001, p. 4)

A qualidade das relações sociais para Vygotsky, das interações, e as condições favoráveis do meio que o sujeito está inserido, nos instrumentos usados nesta mediação podem servir de superação das dificuldades geradas pela deficiência. (SCHMIDT, 2019).

Para tanto, o presente estudo apresentou como método, a pesquisa

qualitativa exploratória, com estudo de caso baseado em Yin (2001). Neste caso, o estudo de caso deu-se no Colégio Politécnico e na Coordenadoria de Ações Educacionais – CAED que estão vinculados a Universidade Federal de Santa Maria – UFSM. A análise dos resultados realizou-se pela análise crítica da literatura e pelos questionários realizados, subsidiada pela técnica de análise de conteúdo de Bardin (2011).

O estudo da temática tem relevância por robustecer a proposta de inclusão de pessoas público-alvo da Educação Especial que vem sendo implementado desde o ano de 2008, de forma mais contundente, por meio da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI).

Soma-se a isso, que a atuação do Psicólogo em contextos escolares é cada vez mais necessária, sendo, inclusive, defendida por meio de um Projeto de Lei, que se encontrava em trâmite, desde o ano de 2003, no poder legislativo nacional, finalmente aprovado no ano de 2019, fundamentado pela Lei 13.935/2019, que dispõe sobre o serviço de Psicologia e Serviço Social nas redes públicas de Educação Básica (BRASIL, 2019).

Estudos acerca da importância deste profissional na equipe escolar, tem se destacado por auxiliar no processo de aprendizagem, bem como de inclusão do público-alvo da Educação Especial (OLIVEIRA; DIAS, 2016; BENITEZ, DOMENICONI, 2018).

Contudo, a presente pesquisa pode vir a dar maior visibilidade a estas questões, favorecer novas discussões, reflexões sobre a atuação dos profissionais da psicologia e suas perspectivas e desafios diante do contexto atual de inclusão escolar, quanto a colaboração, benefícios e dificuldades deste trabalho colaborativo.

PARTE 2

Para autores como Vigotsky, o desenvolvimento humano é um processo sociogenético que se dá no curso de aquisições das atividades sociais das crianças com adultos ou com companheiros mais capazes. A educação gera e guia o desenvolvimento, o qual resulta da aprendizagem social por meio da internalização das atividades culturais e sociais. As experiências sociais são apresentadas as crianças sob forma de ferramentas psicológicas especiais, tais como linguagem, conceitos, símbolos, signos, dentre outros. Essas ferramentas são usadas, inicialmente, num plano externo à criança e, só então, são internalizadas tornando-se uma possessão interna da criança e alternando suas funções mentais [...].

Logo, compreende o desenvolvimento como um processo qualitativamente diferente para cada indivíduo, no qual os obstáculos podem ser contornados por meio de processos compensatórios, sendo a mediação fundamental para obtenção de bons resultados. Portanto, quaisquer diferenças no desenvolvimento passam a ser vistas como variações qualitativas. Atualmente a escola se apresenta como lugar privilegiado onde ocorre a transmissão e a mediação desse conhecimento social construído[...]. (NEVES, 2005, p. 111)

2 METODOLOGIA

[...] os diferentes passos dados na aprendizagem da aritmética podem não ter igual valor para o desenvolvimento mental. Acontece muitas vezes que três ou quatro estádios percorridos no ensino desta matéria pouco acrescentam ao conhecimento que a criança tenha da aritmética e que, com o quinto passo, haja como que uma revelação: a criança compreendeu um princípio geral e a sua curva de desenvolvimento sofre uma súbita e marcada subida. Para esta criança particular, o quinto passo foi decisivo, mas tal não pode tomar-se como regra geral. [...] (VYGOTSKY, 2001, p. 87).

Neste capítulo apresenta-se a abordagem metodológica utilizada na pesquisa. Trata-se de uma investigação do tipo é qualitativa e exploratória, com estudo de caso segundo Yin (2001) e ainda o lócus, período de realização das atividades, de análise e interpretação dos resultados.

Inicialmente, pensou-se em realizar a pesquisa por meio de questionários *online* com os profissionais da psicologia pertencentes ao Conselho Regional de Psicologia – CRP do Rio Grande do Sul e posterior com os profissionais da psicologia sócios da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional – ABRAPEE, mas não tiveram retorno destas instituições. Diante destes entraves, pensou-se em um estudo de caso com escola que tivessem os profissionais da Psicologia e Educação Especial inseridos no contexto escolar.

O processo de seleção desse lócus de pesquisa tornou-se ainda mais diminuto, haja vista que identificamos a apresentação desses profissionais em atuação conjunta, em escolas particulares, que também não autorizam a pesquisa.

Diante disso, a escola que autorizou foi o Colégio Politécnico da UFSM e na CAED que estão vinculados a UFSM. Sendo estes respectivamente, uma escola está vinculada Unidade de Educação Básica, Técnica e Tecnológica, com nível médio e técnico, onde apresenta alunos com deficiência, público alvo da PNEEPEI. A CAED é a subdivisão de apoio que faz o atendimento educacional especializados dos alunos que estão matriculados na UFSM como um todo.

2.1 TIPO DE ESTUDO

Neste estudo optou-se pela abordagem qualitativa, que para Minayo (1994) e Gerhardt e Silveira (2009) parte da compreensão de que existe uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, onde o aprofundamento, a compreensão e os aspectos da realidade não podem ser quantificados, logo, trazendo como agente contributo, a subjetividade dos sujeitos participantes desta pesquisa. De natureza exploratória, que segundo Gil (2008) objetiva aperfeiçoar as ideias ou intuições do pesquisador quanto ao fato a ser pesquisado. Assim, tem como objetivo proporcionar visão de tipo aproximativo do fato a ser pesquisado. Tal gênero de pesquisa não evidencia tanta rigidez de planejamento, viabilizando o levantamento bibliográfico e documental, entrevistas semiestruturadas e estudos de casos (GIL, 2011).

Primeiramente foi realizada uma pesquisa bibliográfica que permitiu entender o que é Psicologia Escolar: sua história, práticas profissionais, campo teórico. Assim como, a história das políticas vinculadas à Educação Especial. E por fim trazendo a perspectiva da teoria Histórico-Cultural de Vygotsky, como base para a realização da mediação colaborativa entre os profissionais da psicologia e educação especial no contexto escolar. O estudo bibliográfico foi utilizado com a finalidade da apropriação do referencial teórico, epistemológico e metodológico referente ao tema.

Devido as dificuldades encontradas no caminho desta pesquisa, quanto ao local e/ou participantes, optou-se por um estudo de caso, de acordo com Gil (2011) é um estudo profundo de poucos objetos a serem pesquisados, de tal modo que produziram conhecimento amplo e detalhado do que o pesquisador deseja conhecer. Gerhardt e Silveira (2009) traz que o estudo de caso visa perceber com maior acuidade o “como e o porquê” de determinada situação, buscando extrair dela o mais essencial e característico. Ainda segundo Yin (2001, p. 21)

O estudo de caso contribui, de forma inigualável, para a compreensão que temos dos fenômenos individuais, organizacionais, sociais e políticos. Não surpreendentemente, o estudo de caso vem sendo uma estratégia comum de pesquisa na psicologia, na sociologia, na ciência política, o estudo de caso permite uma

investigação para se preservar as características holísticas e significativas dos eventos da vida real

Neste tipo de estudo não há intervenção do pesquisador sobre o objeto, mas decorre de uma intersectoria do pesquisador sobre o ponto de vista dos participantes, ou ainda uma percepção pragmática que tem por finalidade apresentar uma perspectiva global.

2.2 LÓCUS DA PESQUISA E SUJEITOS

Este estudo de caso foi realizado no Colégio Politécnico da UFSM e na CAED. O Colégio Politécnico está vinculado Unidade de Educação Básica, Técnica e Tecnológica. Tendo por finalidade promover e ministrar a Educação Básica, a Formação Inicial e Continuada, a Educação Profissional Técnica de Nível Médio e a Educação Profissional Tecnológica, vinculada à Coordenadoria de Educação Básica, Técnica e Tecnológica -CEBTT. Tem por finalidade promover e ministrar a Educação Básica, a Formação Inicial e Continuada, a Educação Profissional Técnica de Nível Médio e a Educação Profissional Tecnológica. E ainda, hoje conta com um psicólogo, a partir de uma demanda do profissional de psicologia que atue na perspectiva escolar para trabalhar questões psicossociais que permeiam o processo de aprendizagem dos alunos e pela Lei 13.935/2019 que dispõe sobre a presença deste profissional na rede de educação pública.

A CAED é subunidade vinculada a Pró-reitora de Graduação-PROGRAD, de apoio que desenvolve atividades junto aos estudantes, onde os alunos que tem deficiência e o público alvo da PNEEPEI, que já tenham diagnóstico tem seu acompanhamento, onde temos o profissional da educação especial. E a CAED que desenvolve ações de apoio junto ao público da UFSM, onde o trabalho desenvolvido visa o acesso, a permanência, a promoção da aprendizagem, a acessibilidade e as ações afirmativas. Dentro desta unidade, há subdivisão de trabalhos, nesta pesquisa fica restrita a subdivisão de acessibilidade e saúde mental.

2.3 TÉCNICA DE COLETA DE DADOS

A coleta e análise de dados são etapas muito importantes em uma pesquisa qualitativa, pois é a partir dela que o pesquisador pode aprofundar sua investigação (TRIVIÑOS, 2008).

A pesquisa teve foco na identificação da mediação colaborativa entre o profissional da psicologia e o educador especial, considerando as percepções destes profissionais no que tange a inclusão de alunos público alvo da PNEEPEI.

Primeiramente, para dar mais embasamento aos objetivos do estudo, de compreender a interfaces das ações do Psicólogo e do Educador Especial no contexto escolar, foi realizada uma busca na base da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações- [BDTD] e no Portal da CAPES nos últimos 5 anos. Para tanto usou-se como indexadores: “Psicologia escolar e Educação Inclusiva”, “Trabalho colaborativo Psicologia e Educação Especial”, “Psicologia e o Processo educativo inclusivo”, “Psicólogo e Educador Especial”.

Posteriormente, foi utilizado entrevistas semiestruturadas, (APÊNDICE A; APÊNDICE B) com perguntas pré-estabelecidas de modo que contribuíssem para o objetivo da pesquisa, considerando que tais entrevistas são recomendadas por terem como finalidade oferecer ao pesquisador uma visão mais próxima do objetivo que está sendo investigado (GIL, 2011). As entrevistas realizadas foram de aproximadamente uma hora. Este estudo contou com a participação de uma profissional da psicologia, que atua como psicóloga escolar no Colégio Politécnico, com uma profissional da educação especial que atua junto a CAED.

Em primeiro momento foi feito contato via e-mail com as profissionais, para saber da disponibilidade de participação e ainda para marcar o dia e horário da entrevista. No dia e local estabelecido para entrevista apresentou-se o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TECLE) (APÊNDICE C), conforme a Resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde. E ainda o termo de Autorização Institucional (APÊNDICE E).

Para evitar a exposição dos participantes no questionário, eles serão identificados na seção de discussão como: Psicóloga e Educadora Especial. A devolução dos resultados da pesquisa será repassada via e-mail e também

em contato direto com os entrevistados, que também serão convidados a participar da apresentação final dos resultados obtidos juntamente com a banca avaliadora.

2.4 MÉTODO DE ANÁLISE

Para a realização desta pesquisa usou-se Análise de conteúdo proposto por Bardin (2011). A autora o define como um conjunto de instrumentos metodológicos que se aperfeiçoa e se aplica a discursos diversificados.

Esse tipo de análise possibilita uma maneira de focar nas comunicações entre os sujeitos, no modo como as mensagens serão expostas pelos participantes, nos conteúdos produzidos por essas mensagens, possibilitando um olhar mais atento e uma escuta mais aguçada do pesquisador.

A análise de conteúdo é organizada em três etapas: a) Pré-análise, b) Exploração do material, c) Tratamento dos resultados, d) Inferência, e) Interpretação. Na primeira etapa ocorreu a organização do material a partir de uma leitura do tipo flutuante, da formulação dos objetivos e das hipóteses que constituiu o corpus do estudo, não sendo rigorosamente nessa ordem, mas que esteja interligado entre si. Tendo em vista um pouco da história da psicologia escolar no Brasil, assim como políticas que embasam não só a psicologia, mas também a educação especial. E as teorias que sevem do suporte para a mediação entre estes profissionais como: trabalho colaborativo e a perspectiva Histórico-Cultural, de Vygotsky.

Como primeiro momento da sistematização dos documentos, a leitura flutuante foi elencada para estabelecer o primeiro contato com os documentos, que ao longo do estudo se tornaram mais precisos e com as possíveis adaptações e aplicações.

A segunda etapa denominada de exploração do material consistiu na codificação, classificação dos dados coletados, ou seja, na escolha dos critérios que formaram um número significativo de informações que colaboraram para a formação da categoria: Interfaces da Mediação Colaborativa: Benefícios e desafios entre educação especial e psicologia

2.5 QUESTÕES ÉTICAS

As questões éticas foram respeitadas e atendidas conforme legislação em vigor, os Termos de Consentimento Livre e Esclarecido (APÊNDICE A) e de Confidencialidade (APÊNDICE B) foram entregues aos participantes, que obtiveram todas as explicações e informações da pesquisa, de acordo com a Resolução da Ética em Pesquisa com Seres Humanos (BRASIL, 2016).

Os procedimentos adotados neste estudo foram esclarecidos pela pesquisadora a fim de evitar dúvidas, bem como os riscos e benefícios desta pesquisa, podendo ser questionável a qualquer momento.

Não houve nenhum problema externado pelos participantes em relação à pesquisa. As estratégias e procedimentos utilizados para prestar esse atendimento, a problemas que sejam comprovadamente causados pela pesquisa, se daria por meio de esclarecimento de qualquer dúvida referente à pesquisa, explicação de termos e conceitos utilizados na pesquisa, indicação de leituras para complementar a prática, e também poderia orientar, caso necessário, a busca de outros acompanhamentos pertinentes a situação apresentada. Durante todo o período da pesquisa, o participante, teve a possibilidade de tirar qualquer dúvida ou pedir qualquer outro esclarecimento.

Este estudo está vinculado ao projeto Mediação colaborativa: o diálogo entre o profissional da psicologia e o educador especial, com registro no Gabinete de Projetos com o Número 058526 com aprovação no Comitê de ética e registro CAAE:64596322.2.0000.5346, parecer número 5.720.197.

PARTE 3

A PEDAGOGIA

A Pedagogia é a ciência que se ocupa da educação da criança. Mas o que é educação? Ela pode ser definida de diversas maneiras. Utilizaremos a definição de Blonski, que diz que “a educação é a influência premeditada, organizada e prolongada no desenvolvimento de um organismo”. Como ciência da educação, a pedagogia precisa estabelecer com precisão e clareza como deve ser organizada essa influência, que formas ela pode assumir, que procedimentos utiliza e qual deve ser sua orientação. A outra tarefa consiste em elucidar quais são as leis às quais se subordina o próprio desenvolvimento do organismo a ser influenciado. Ao depender de todos esses fatores, a pedagogia abrange vários âmbitos totalmente diferentes do conhecimento. [...] Entretanto, como a pedagogia é uma ciência empírica totalmente peculiar, ela se baseia em ciências auxiliares, isto é, na ética social que destaca os objetivos gerais da educação e na psicologia que, junto com a fisiologia, proporciona os meios para resolver essas tarefas. (VIGOTSKI, 2003, p. 38)

A PSICOLOGIA

Em seu sentido estrito, o termo “psicologia” denota a teoria ou a ciência da alma,” e assim foi tratada inicialmente. Os primeiros critérios diferenciam o corpo e a alma humanos como substâncias especiais, considerando dual a natureza do ser humano. O surgimento desses critérios remonta às épocas primitivas, quando o homem, ao observar os fenômenos do sonho, da morte, da doença e outros, convenceu-se de que um certo espírito vivia nele. Na idéia mais desenvolvida, essa crença adquiriu o caráter da noção de alma, considerada afim a uma substância material sutil, como a fumaça ou o pó. A própria palavra russa dushá [“alma”] é um pouco parente da palavra [russa] dishat, que significa “respirar”. (VIGOTSKI, 2003, p. 38).

3 PRESSUPOSTOS TEÓRICOS DA PESQUISA: EM BUSCA DE UMA INTERLOCUÇÃO TEÓRICA

[...] para pensar em inclusão é fundamental romper com o conceito normal como igual e adotar que normal é diversidade. Somos seres únicos e, portanto, incomparáveis. Ninguém é perfeito todos temos deficiências. Esse é um dos nossos pontos comuns, mas temos também mais potencial internalizado do que somos capazes de demonstrar. Todos somos um vir a ser. [...] (ABENHAIM, 2005, p.51)

Neste capítulo será retratada a história da psicologia escolar, juntamente com as políticas públicas da psicologia e educação especial. Finalizando com as influências para o processo de mediação colaborativa que tem como base o trabalho colaborativo e a perspectiva Histórico-Cultural, de Vygotsky.

3.1 PSICOLOGIA ESCOLAR: HISTÓRIA SOBRE A ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO ESCOLAR

Ainda que a função do psicólogo escolar tenha algumas décadas, como já citada, as suas atribuições parecem ser desconhecidas no campo prático, o que fortalece a ideia de discutir sobre o assunto, corroborando com a perspectiva de Souza (2007), que há um movimento para superar os modelos da psicologia tradicional, visando definir formas de proximidade com a escola. Novas bases teóricas-metodológicas, que superem os modelos clínico-individual, e partam da necessidade de conhecer a realidade escolar, evidenciando os processos que acontecem no dia-a-dia da escola, do fazer docente, articulando com dimensões políticas, sociais, institucional e pessoal.

Aqui fazemos uma diferenciação entre alguns termos da psicologia com relação a educação que nos auxiliará no atendimento. A Psicologia Educacional ou Psicologia da Educação pode ser considerada como uma subárea da psicologia, uma área de conhecimento, que possui corpus organizado e sistêmico de saberes. Estes são apoiados em procedimentos definidos, referentes a determinados fenômenos da realidade, e tem como

tendência a produção de saberes psicológicos no processo educativo, tendo como fundamentos concepções ontológicas, epistemológicas, metodológicas e éticas determinadas. A Psicologia Escolar é definida pelo campo profissional, realizando intervenções no espaço escolar, tendo por objeto a escola e as relações que ali se estabelecem, o processo de escolarização. Fundamentando sua atuação nos conhecimentos produzidos pela psicologia da educação, por outras subáreas de conhecimento da psicologia. (ANTUNES, 2008; DIAS et al., 2014).

Tendo em vista que a atuação do profissional da psicologia escolar ocorre concomitante com o desenvolvimento da psicologia enquanto ciência, que surge no momento histórico em que se está consolidando no Brasil o capitalismo, juntamente com fortalecimento do pensamento liberal; busca por modernidade. Devemos aqui indicar que a Psicologia no Brasil se desenvolveu partindo de inspiração do que vinha sendo desenvolvido enquanto conhecimento, nesta área, em outros países como Europa e Estados Unidos da América. (ANTUNES, 2008; GUZZO et al., 2010). Ainda, segundo Patto (1984), a história da psicologia no Brasil pode ser dividida em três grandes fases: a primeira, de 1906 a 1930, na 1ª República, onde foi definida pelo modelo europeu de análise, pesquisa e estudos em laboratórios, não intervindo na realidade; a segunda de 1930 a 1960, onde sofreu forte influência da técnica vinda dos EUA; a terceira a partir de 1960, trabalho do psicólogo passa a ser mais adaptacionista, devemos lembrar aqui em 1962 a psicologia foi reconhecida como profissão.

Partindo destas divisões de tempo que Patto (1984), propôs outros autores trazem aspectos para esta história da Psicologia. Antunes (2008), traz como referência a primeira fase, em seus escritos que no início do século passado, uma ampla discussão sobre educação tomou forma, com influência dos pensamentos capitalistas, partindo da ideia de uma transformação da sociedade, e de um “novo homem”, onde a educação se encarregaria desta formação. Buscou-se a defesa da educação em massa da população, com isso as escolas normais passaram a centro de novas ideias, a partir destas consolidou-se os laboratórios de psicologia, para o início da produção de conhecimento que serviram de base para as reformas estaduais de ensino promovidas nos anos de 1920. Deste modo Guzzo (2012); Almeida; Marinho-

Araújo, (2005); Souza (2007) corroboram com esta ideia, trazendo que no início do século XX, o psicólogo escolar atuava junto aos laboratórios das escolas de educação e de filosofia, mensurando os fenômenos psíquicos.

No que se refere segunda fase os campos de atuação do psicólogo, desenvolveram-se como atuação clínica e a intervenção sobre a organização do trabalho, trazendo aqui vínculos com a educação, pois foram criados Serviços de Orientação Infantil nas Diretorias de Educação do Rio de Janeiro e de São Paulo e da Clínica do Instituto Sedes Sapientiae, que atendiam crianças com dificuldades escolares. Neste período a atuação do profissional da psicologia está atrelada a psicometria, a causa dos problemas educacionais, centrados somente no aluno. Em caráter puramente clínico-terapêutico que buscava consertar a criança e adaptá-la ao contexto escolar, na medida que fatores sociais, econômicos, políticos, pedagógicos, não eram considerados, o principal objetivo era resolver o fracasso escolar. (ANTUNES, 2008; CASSINS et al., 2007). Neste mesmo período o ensino da psicologia em cursos superiores estava ligado à educação, com disciplinas nos cursos de filosofia e pedagogia, neste último com nome de psicologia educacional. (ANTUNES, 2008).

Observa-se no que foi citado a estreita relação entre psicologia e educação a partir do século XX no Brasil, onde ficou clara a relevância da psicologia no contexto educacional, para as práticas pedagógicas e estudos sobre o desenvolvimento. Quando se refere à última fase descrita por Patto (1984), depara-se com o reconhecimento da psicologia enquanto profissão. As ações desenvolvidas anteriormente deram base para os campos de atuação do psicólogo em espaços de clínica, educação e trabalho. Vale ressaltar aqui, que o campo da educação, uma das principais bases para o desenvolvimento da psicologia, torna-se secundário não só nos currículos das instituições de formação, mas também na preferência de atuação de novos profissionais.

Diante do texto exposto, não se pode deixar de fazer uma relação desafinada entre psicologia e educação. A psicologia se incumbia de explicar fenômenos e determinar os procedimentos para o tratamento, numa espécie de “segregação”, onde ela não incluía o aluno, o deixava responsável por todo seu fracasso escolar. Por volta de 1970 psicólogos da área insatisfeitos com sua

atuação, começaram a refletir, e este período se caracterizou por pesquisas que causaram entraves devido à visão e conjuntura de como era percebido o processo educativo. Com isso gerou uma instabilidade e insegurança na prática da psicologia escolar, devido aos procedimentos não serem eficazes às demandas do processo educativo. (MARTÍNEZ, 2010; ALMEIDA; MARINHO-ARAÚJO, 2010)

Entre o final da década de 80 e início da década de 90, diante do avanço da discussão sobre a eficácia da psicologia escolar diante do processo educativo, criou-se a ABRAPEE. Desde então a entidade contribui com divulgação, estudos e reflexões sobre a identidade do profissional de psicologia que tem sua atuação voltada para a escola. Diante deste cenário, faz-se necessário devolver à psicologia o seu espaço no processo pedagógico, ressaltando que esse processo ocorre no âmbito do sujeito, devendo assim considerar o enfoque psicológico. Visualizar este fenômeno em sua totalidade, e isso deve ser condição para a produção de conhecimento da psicologia educacional. E esta por sua vez deve definir os processos de intervenção efetivos para irão constituir a atuação do psicólogo escolar. (ANTUNES, 2008; MARTÍNEZ, 2010).

Alguns passos foram dados, em 2000 foi levado ao senado o plano de lei (PL) 3888, dispõe sobre o assistente social no quadro funcional de cada escola, em 2003, foi anexo a esta a PL 803/2003, que dispõe sobre a participação de assistentes sociais e psicólogos na estrutura funcional das escolas. Plano de lei que se tornou a Lei Ordinária em 2019, Lei 13.935, que dispõe sobre o serviço de Psicologia e Serviço Social nas redes públicas de Educação Básica. Estes profissionais deverão atuar junto aos demais, formando uma equipe multiprofissional que vise o ensino-aprendizagem dos estudantes. (BRASIL, 2019).

Durante o tempo em que este Plano Lei transcorreu, o Conselho Federal de Psicologia – CFP passou a discutir com mais ação sobre o profissional da psicologia atuando no ambiente escolar. Em 2007, promulgou a resolução 013/07, que fala sobre a especialização em Psicologia Escolar, onde consta que cabe psicólogo escolar ocupar-se de um amplo leque de possibilidades que se referem diretamente ao âmbito do ensino-aprendizagem, tanto em seu contexto formal (escolar, instituições de ensino) quanto no

informal (organizações não governamentais, empresas). (CFP, 2007)

Em 2016, o CFP diante do grande número de instituições que ofertam o curso de psicologia e a defasagem de formação voltada para a área escolar e educacional, o levou a publicar um e-book com o título: “Psicologia Escolar: que fazer é esse?” Neste constam artigos atuais sobre o fazer da psicologia escolar, estruturados em três partes. Sendo a primeira onde constam estudos teóricos voltados para o campo da Psicologia na Educação; A segunda tem como intenção trabalhar as questões relacionadas à educação inclusiva; a terceira conta relato de experiências profissionais no campo. (FRANCISCHINI; VIANA, 2016)

Em 2019 foi promulgada a Lei 13.935/2019, Cassins, et al. (2007) já havia publicado um “Manual de psicologia Escolar/Educacional”, com todos os direitos reservados ao CFP, que discorre sobre a atuação do psicólogo no âmbito escolar, trazendo como objetivo:

O trabalho do psicólogo escolar/educacional tem como diretriz o desenvolvimento do viver em cidadania. Busca instrumentos para apoiar o progresso acadêmico adequado do aluno, respeitando diferenças individuais. É pautado na promoção da saúde da comunidade escolar a partir de trabalhos preventivos que visem um processo de transformação pessoal e social. Para tanto, baseia-se nos conhecimentos referentes aos estágios de desenvolvimento humano, estilos de aprendizagem, aptidões e interesses individuais e a conscientização de papéis sociais (CASSINS et al., 2007, p. 23).

Diante do exposto, autores como Antunes (2008); Dias et al. (2014), Martínez (2010), afirmam que o profissional da psicologia que atua no campo escolar na atualidade deve estar com disposição para atuar em equipes multidisciplinares, aliando teoria e prática, na interação com os demais profissionais da escola, construindo soluções que incluam multiplicidade de ideias, personalidades, condições sociais, que são inerentes à vida e à comunidade escolar.

3.2 PSICOLOGIA: PREMISSAS DE SUAS POLÍTICAS

Assim como a Educação Especial a Psicologia Escolar passou a ter suas práticas estabelecidas a partir dos anos 60. A Lei 4119 de 27 de agosto

de 1962 reconhece a profissão de psicólogo, fixa normas para a atuação profissional e estabelece um currículo mínimo para sua formação. Os campos de atuação que se consolidaram como prática são: clínica, escolar-educacional e organização do trabalho. Testes e métodos de avaliação psicológicos são utilizados nos serviços públicos de orientação infantil implantados em São Paulo. (BRASIL, 1962)

O Conselho Federal de Psicologia do Brasil enviou ao Ministério do Trabalho em 17 de outubro de 1992 atribuições dos cargos dos profissionais da Psicologia, incluindo o Psicólogo Educacional que:

Auxiliar na mudança do comportamento de educadores e educandos, no processo de ensino aprendizagem, nas relações interpessoais e nos processos intrapessoais, referindo-se às dimensões política, econômica, social e cultural. [...] Participa também da elaboração de planos e políticas referentes ao Sistema Educacional, visando promover a qualidade, a valorização e a democratização do ensino (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 1992, p. 5).

A Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional (ABRABEE), foi criada em 1990, no seu site traz informações plausíveis sobre a atuação profissional no contexto escolar. Entre elas um dos temas é a inclusão de pessoas com deficiência (ALMEIDA, 2011).

Para melhorar o trabalho do psicólogo no espaço escolar o Conselho Federal de Psicologia em 2007, promulgou a resolução 013/07, que fala sobre a especialização em Psicologia Escolar, onde consta que cabe ao psicólogo escolar ocupar-se de um amplo leque de possibilidades que se referem diretamente ao âmbito do ensino-aprendizagem, tanto em seu contexto formal (escolar, instituições de ensino) quanto no informal (organizações não governamentais, empresas, etc.). O psicólogo escolar/educacional trabalha os processos educacionais que acontecem tanto com crianças e adolescentes como com pessoas adultas ou mais maduras. Vale ressaltar que muitas vezes não é necessária esta especialização para ocupar o cargo de psicólogo escolar. (CFP, 2007).

No ano de 2019 foi promulgada a Lei 13.935, que dispõe sobre o serviço de Psicologia e Serviço Social nas redes públicas de Educação Básica. Estes

profissionais deverão atuar junto aos demais, formando uma equipe multiprofissional que vise o ensino-aprendizagem dos estudantes. (BRASIL, 2019).

A reflexão sobre o trabalho do Psicólogo dentro dos muros da escola, compreendendo a conexão Saúde e Educação e ambas podem e devem andar de mãos dadas em prol de uma educação inclusiva mais efetiva. Essa é uma realidade nova da educação pública, mas em algumas redes de ensino, já existe o profissional da psicologia.

3.3 EDUCAÇÃO ESPECIAL: PREMISSAS DE SUAS POLÍTICAS

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI) data de 2008, mas muito anterior a 2008, se visualiza os passos do Brasil na perspectiva de uma educação mais inclusiva. Partindo da Declaração de Salamanca em 1994, onde neste documento defende que todas as crianças têm direito à educação, com oportunidades para alcançar o nível de aprendizagem adequado, e que os sistemas educacionais devem levar em conta a diversidade e as características individuais. Além disso, a Pedagogia deve ser centrada na criança, atender às suas necessidades, combater as atitudes discriminatórias e prover um sistema educacional eficaz. (UNESCO, 1994)

Tendo o Brasil assumido o compromisso com a Declaração de Salamanca, foram criadas algumas leis para que pudesse tornar as escolas mais inclusivas. A nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) 9394/96, em seu artigo 59, incisos I e II, diz:

Os sistemas de ensino devem assegurar aos alunos currículo, métodos, recursos e organização específicos para atender às suas necessidades; terminalidade específica àqueles que não atingiram o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências; aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados (BRASIL, 1996, p. 25).

Em 1999, o Decreto 3.298 que regulamenta a lei 7.853/89 define a educação especial como uma modalidade transversal a todos os níveis e modalidades de ensino, enfatizando sua atuação complementar ao ensino

regular. Seguindo a linha do tempo, em 2001, o decreto 3956 ratifica a Convenção de Guatemala (1999), Convenção Interamericana para a eliminação de toda forma de discriminação contra a pessoa com deficiência. (BRASIL, 2001)

Ainda em 2001, o Plano Nacional de Educação (PNE) destaca que o grande avanço que a década da educação deveria produzir seria a construção de uma escola inclusiva que garanta o atendimento à diversidade humana (BRASIL, 2001). Em 2002, após uma grande luta da comunidade surda e através da Lei 10436/2002, conhecida como Lei de LIBRAS, a Língua Brasileira de Sinais é finalmente reconhecida como língua nacional, e também garantido seu ensino como disciplina obrigatória em todos os cursos de licenciatura e de fonoaudiologia. (BRASIL, 2002).

Sem deixar de citar, a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência em 2006, na cidade de Nova York – EUA, onde o Brasil tornou-se signatário. Partindo da Convenção de Nova York, as diretrizes deste documento passam a influenciar as questões de educação e políticas públicas para pessoas com deficiência em nosso país.

Conforme Correia e Batista (2018), a Convenção de Nova York se caracteriza por ter um enfoque inclusivo, tendo como pressupostos que a igualdade de oportunidades somente será alcançada com a incorporação de pessoas com deficiência em condições de igualdade nas áreas sociais, culturais e econômicas. Ainda nesta convenção buscou-se definir o termo deficiência, e isto passou a ser olhado destes seus primeiros debates em 2001, onde no corpo do texto traz referências ao modo como o termo deficiência não deveria ser visto, com enfoque na patologia, preconceitos e discriminação. Diante disto nesta convenção acaba por se reconhecer a deficiência como:

Reconhecendo que a deficiência é um conceito em evolução e que a deficiência resulta da interação entre pessoas com deficiência e as barreiras atitudinais e ambientais que impedem a sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com os outros. (BRASIL, 2009. P. 2).

A PNEPEI de 2008, teve sua elaboração quase de imediato após a realização desta convenção. No ano de 2007, foi nomeado um grupo de trabalho nomeado pela portaria nº 555/2007, prorrogado pela portaria nº 948/2007, e formado por uma equipe da Secretaria de Educação Especial e por

professores e especialistas de Universidades que atuavam nas áreas de educação e educação especial. O objetivo de tal documento foi o de constituir políticas públicas promotoras de uma educação de qualidade para todos os alunos, e hoje é o que valida a atuação das escolas no nosso país, além disso, objetiva, “o acesso, a participação e a aprendizagem dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas escolas regulares, orientando os sistemas de ensino para promover respostas às necessidades educacionais”. (BRASIL, 2008).

Além disso, essa política determina algumas garantias, tais como: a transversalidade da Educação Especial, que deixa de ser um lugar e passa a ser um serviço; o Atendimento Educacional Especializado (AEE), que é garantido no contraturno da escola em sala de recurso multifuncional ou no ensino colaborativo; formação de professores para a educação inclusiva; participação da família e da comunidade; acessibilidade física, de comunicação e de informação e articulação intersectorial. (BRASIL, 2008).

3.3 INFLUÊNCIA PARA O PROCESSO DE MEDIAÇÃO COLABORATIVA: PSICÓLOGO E EDUCADOR ESPECIAL

O trabalho multidisciplinar é o que o psicólogo deve estar disposto a fazer para atuar na escola, ou seja, integrado com os demais profissionais integrado com os demais profissionais. Visto que a pesquisa se refere ao profissional da psicologia e o educador especial, as influências do trabalho colaborativo, juntamente com a perspectiva Histórico-Cultural, de Vygotsky, que concebe o homem como um ser histórico, cujo desenvolvimento humano e aprendizagem ocorrem por meio dos processos de interação e de mediação simbólica.

Diante disso o colaborativo poderá auxiliar, dando base para um trabalho em conjunto desses profissionais: psicólogo e educador especial. Carrilho (2011), indica que o trabalho colaborativo serve de incentivo para a mudança dos profissionais, pois estimula o diálogo e a troca de experiências no planejamento de ações voltada aos estudantes que propiciam um melhor ensino-aprendizagem.

A ideia de trabalho colaborativo surgiu com o aumento do número de alunos incluídos na escola. Segundo Capellini; Zerbato (2019, p. 35) “o ensino colaborativo envolve um trabalho de parceria entre professor de ensino comum e professor de educação especial. [...] pressupõe que a escola deve ser modificada para atender os estudantes”. O processo de ensino colaborativo compreende uma negociação, onde a tomada de decisões são conjuntas entre os profissionais, para tanto é necessária uma boa comunicação que lhes permitam responder com melhor eficiência à mudança social que vem ocorrendo no espaço escolar, sob o foco da educação inclusiva.

Vilaronga; Mendes (2014), referem que esse tipo de ação conjunta entre os profissionais no âmbito da educação, ainda é pouco conhecida e também usada no Brasil. Atualmente esse tipo de ensino vem ganhando mais espaço, em algumas instituições de ensino. Ainda que, seja preciso uma implementação do currículo escolar, de modo que este possa atender as necessidades de seus alunos. Para tanto, vai depender da gestão escolar e como se atenta para o processo de aprendizagem e da prática adotada de ensino com seus alunos. (MARQUES; DUARTE, 2013).

Existem graus de colaboração entre os professores no processo escolar Gately; Gately (2001) definem três graus de interação. O primeiro, denominado estágio inicial onde os profissionais estabelecem limites e tentativas de manter um relacionamento, mas a comunicação acaba sendo formal e superficial. O segundo, estágio do comprometimento, a comunicação é mais ativa, aberta, participativa possibilitando a construção de confiança entre os profissionais, de modo que isso auxiliará na colaboração entre eles. O terceiro estágio leva o nome de colaborativo, neste nível os profissionais possuem uma interação aberta, com comunicação fluente, humor e conforto, que gera mais confiança entre os profissionais para que trabalhem juntos numa verdadeira interação colaborativa, onde as práticas docentes se complementam.

Quadro 1: Graus de comunicação no processo colaborativo.

Estágio 1	Comunicação superficial, formal
Estágio 2	Comunicação ativa, aberta, ativa, participativa confiante
Estágio 3	Comunicação fluente

Fonte: AUTORA (2022)

Quando se fala em trabalho colaborativo, pode-se pensar em algumas teorias da aprendizagem que trazem essa relação do homem com a sociedade. Como se viu no capítulo anterior, psicologia e educação sempre tiveram estreitas relações. A aprendizagem é um processo da relação do sujeito com o mundo externo, a sociedade, ou seja, ela é derivada da comunicação com a sociedade. Partindo deste pressuposto teremos como base para a “mediação colaborativa” entre os profissionais educação especial e psicologia, sob perspectiva histórico-cultural de Vygotsky. Essa traz relação do homem com a sociedade, através da Mediação Simbólica, nos contemplando que a aprendizagem acontece desde o nascimento nas interações com outras pessoas e a própria sociedade através de valores, costumes e culturas (VYGOTSKY, 2005).

Para Vygotsky (2005) o processo de aprendizagem independe da maturação, mas é dependente da relação que a criança estabelece com outras crianças, mas principalmente com o adulto, pois nestas residem o caráter social. O processo de desenvolvimento está enraizado na relação entre história individual e social. Deste modo, a perspectiva histórico-cultural demonstra que a aprendizagem e a apropriação de conhecimento não são naturais ao homem, mas sim definidas culturalmente pelos sujeitos envolvidos no meio social e cultural. Com isso o professor tem o papel de ampliar o entendimento do sentido de educar, para além de transmitir conhecimento, e sim de possibilitar ao aluno conhecimento pela via da apropriação através da mediação. (VYGOTSKY, 1995).

Vygotsky tem a sua base para a fundamentação da evolução do psiquismo, pautada nas ideias marxistas, do materialismo dialético. Ele discorre sobre o desenvolvimento humano a partir de estrutura mais primária, partindo dos processos inferiores involuntários, que são de ordem biológica.

Através do contato com elementos culturais, essas estruturas primárias se desenvolvem mediadas pela atividade prática do homem: uso de instrumentos, divisão social do trabalho e a necessidade de interação social. Como resultante deste desenvolvimento histórico-social, o homem eleva sua evolução psíquica, alcançando o que Vygotsky definiu como funções superiores. (VYGOTSKY 1999)

Costas (2003) diz que Vygotsky propõe uma psicologia dialética, onde para ele os processos psíquicos e fisiológicos se unem, mas não se fundam totalmente. As funções psicológicas superiores estão dependentes dos estímulos do ambiente, para que possam proporcionar experiências ao sujeito desde o seu nascimento. Para tanto, com a mediação de outro indivíduo, as funções psicológicas superiores passam de natural a cultural, ou seja, as relações sociais mediadas convertem-se em funções psicológicas que passam a atuar como sendo próprias da personalidade do sujeito. (VYGOTSKY, 1995).

Nessa perspectiva, a teoria de Vygotsky ressalta a superação de dificuldades geradas pela deficiência, mediante ao coletivo, as relações sociais, a integração, e interação com família, amigos e agentes do contexto escolar. Vygotsky em seus estudos sobre a Defectologia, percebe os defeitos como biológicos, hereditários e físicos, estes sendo os primários. Os defeitos de segunda ordem, são os sociais, são causados mediante as relações sociais e as condições oferecidas pelo meio, sendo que suas características são a privações, isolamento e sofrimento causado por atitudes sociais que acentuam o defeito primário. (SCHMIDT, 2019).

Vygotsky (2022) traz que a defectologia tem uma única garantia de sua existência como ciência sendo: “a criança, cujo desenvolvimento for complicado por um defeito, não é simplesmente menos desenvolvida que suas contemporâneas normais; é uma criança, porém, desenvolvida de outro modo”, (31p.). Deve-se considerar que Vygotsky, quando fala de defeito, se refere a deficiências orgânicas/primárias (deficiência mental, cegueira, surdez) essas deficiências são frutos de exposições sociais errôneas a qual está criança é exposta, ou seja, seja por falta ou excesso de zelo dos pais e/ou pela aceitação da condição desta criança. Vygotsky, ainda diz que está o errado ver somente a enfermidade desta criança, muitas vezes desconsideram que elas poder ter uma vida psíquica normal.

Vygotsky (2022) afirma que a dinâmica da deficiência está determinada precisamente por suas complicações sociopsicológicas. Qualquer defeito que a criança apresentar muda tanto a atitude do homem em relação ao mundo, mas ainda as suas relações com as pessoas. A deficiência deve ser vista pela psicologia e pedagogia como um problema social, pois se o fato de não ser detectado anterior aos demais e muitas vezes ser considerado secundário, é errôneo. Esse deve ser visto fundamental e prioritário para o desenvolvimento das funções superiores da criança.

Deste modo, a Psicologia Histórico Cultural mostra a mediação que ocorre no meio que o sujeito está inserido, seja através de instrumentos ou da natureza, é o que promove o desenvolvimento das funções psicológicas superiores. E ainda, quando estas mediações são insuficientes comprometem mais a deficiência, e acabam por limitar ainda mais o sujeito. Assim sendo se pode dizer que a qualidade das relações sociais, das interações, e as condições favoráveis do meio que o sujeito está inserido, nos instrumentos usados nesta mediação podem servir de superação das dificuldades geradas pela deficiência, Schmidt (2019) traz que:

Por meio do coletivo, fica claro que a gravidade e as limitações originadas pelo defeito, são complicações provocadas não pelo defeito, mas pelas consequências secundárias que ele pode trazer. Os estudos na área da Defectologia evidenciam que nossas ações devem ser direcionadas ao ser humano e não à deficiência. (SCHMIDT, 2019, p.86).

Diante disso, afirma-se que o homem é definitivamente social, não pode ser visto e nem viver isoladamente, pois de alguma forma será influenciado pela cultura ou sociedade que está inserido (LA TAILLE, 1992). Com isso a teoria Histórico-Cultural possibilita a construção de novos caminhos para a educação inclusiva. Com isso, o psicólogo poderia contribuir, em conjunto com professores, crianças, escola e família, em novas e/ou reconstrução de formas que beneficiem a organização e reorganização do aluno no processo educativo, para que este não seja somente incluído, mas que faça parte do seu processo escolar e comunidade escolar (ANACHE, 2007).

Esse trabalho colaborativo entre os profissionais pode contribuir para as trocas dialógicas, bem como a busca por estratégias que visem o melhor para

os educandos. Atualmente, com a discussão acirrada sobre a inclusão e os seus desafios, se faz importante problematizar a busca por um trabalho em equipe e a ação de diversos agentes educacionais nas instituições de ensino (BENITEZ; DOMENICONI, 2018).

Através do que foi citado, se pode demonstrar que há possibilidade do trabalho do psicólogo auxiliar no processo de inclusão e de aprendizagem dos alunos em colaboração ao trabalho do educador especial. Para posteriormente discutir em quais escalas ocorre colaboração para que se estabeleça e proporcione uma inclusão escolar mais efetiva.

PARTE 4

[...] A abordagem vigotskiana, largamente conhecida como abordagem sóciohistórica do desenvolvimento humano, parece, de imediato, avessa à idéia de universalidade dos fenômenos psicológicos. Dirigindo-se à questão da construção das funções psicológicas superiores do homem, Vygotsky trabalha com o conceito de mediação na relação homem/mundo e com o papel fundamental do contexto cultural na construção do modo de funcionamento psicológico dos indivíduos. A contingência histórica, a especificidade cultural e a particularidade do percurso individual parecem ser, portanto, componentes essenciais da teoria vigotskiana, fazendo dela uma teoria aparentemente incompatível com a possibilidade de existência de fenômenos universais [in A TAILLE, OLIVEIRA e DANTAS, 1992, p. 104].

Como se pode notar, a autora não deixa claro se ela considera que a teoria de Vigotski é ou não aquilo que ela, a autora, diz que essa teoria parece ser. Da maneira como foi formulado esse início de resposta, “parece” que Marta Kohl de Oliveira concorda com essa caracterização da teoria de Vigotski como uma teoria voltada para as particularidades culturais [...] (DUARTE, 2001, p.227).

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

[...] só ajuda alguém a crescer aquele que se propõe a crescer junto; só ensina alguma coisa aquele que está aberto para aprender e descobrir; só educa verdadeiramente quem vê diante de si uma trajetória de realização criativa, buscando sempre se renovar, demonstrando o seu profundo respeito pelo outro e pela própria vida. [...] (NOVAES, 1975, p.11).

Este capítulo apresenta os resultados deste estudo, bem como a análise dos dados obtidos através da pesquisa bibliográfica e entrevistas semiestruturadas, e a interfaces das ações do Psicólogo e do Educador Especial no contexto escolar para efetivar a inclusão de alunos Público-Alvo da Educação Especial.

4.1 RESULTADOS DOS DADOS BIBLIOGRÁFICOS

Tendo como base as buscas no Portal da Capes e BDTD obteve-se como resultados. Tanto no Portal da Capes como BDTD não foram encontradas pesquisas quando utilizados os indexadores: “Trabalho colaborativo Psicologia e Educação Especial”, Indexador “Psicologia e o Processo educativo inclusivo”, Indexador “Psicólogo e educador especial”. Quanto utilizado o indexador “Psicologia e Educação Inclusiva foram encontradas duas dissertações na BDTD (Quadro 2) e seis artigos no Portal da Capes (Quadro 3)

Quadro 2: Resultados da pesquisa na BDTD

Título/Ano de publicação:	Autores/Instituição	Resumo* *Os resumos foram reduzidos, apresentando somente objetivo, metodologia e conclusão. Resumos completos Anexo A
Processo de Inclusão no Instituto Federal de Goiás: O Papel do Psicólogo (Dissertação)/ 2017	ANTUNES; A. A/ Universidade de Brasília - Instituto de Psicologia	[...] investigou o processo de tornar-se psicólogo <i>em e para</i> a diversidade no âmbito do IFG. Inerente ao signo da inclusão, perpassamos as formas de engajamento político destes profissionais em relação as diferentes demandas inclusivas institucionais. [...] Utilizou-se, como metodologia, a Epistemologia Qualitativa de González Rey, tendo como instrumento de construção de informações a Conversação. As zonas de sentido evidenciadas nortearam reflexões sobre a atuação dos psicólogos no IFG, e as formas de engajamento político destes profissionais em relação à inclusão <i>em e para</i> a diversidade na instituição.
Acompanhamento terapêutico: Articulação entre educação e psicanálise na inclusão escolar (Dissertação)/ 2018	GOMES, A. R./ Universidade do Estado do Rio de Janeiro	[...] refletir sobre a atuação do acompanhante terapêutico no contexto do paradigma da inclusão escolar. [...] buscamos evidenciar o potencial terapêutico da prática desse acompanhante no ambiente escolar [...] para realizarmos nossa pesquisa, lançamos mão de contribuições da psicanálise, já que entendemos que suas contribuições são valiosas para a educação. [...] Consideramos que a referida prática profissional apoia -nos para elaborarmos uma articulação entre educação e psicanálise na chamada escola inclusiva, possibilitando-nos a construção de novas formas de pensar a inclusão escolar. Apostamos, portanto, em pensar a inclusão escolar a partir de outra perspectiva, rompendo, de certa forma, com a lógica atual - essa perspectiva relaciona-se à singularidade de cada Sujeito

Fonte: a AUTORA (2022)

Quadro 3: Resultado da pesquisa no Portal da Capes.

Título/Ano de publicação:	Autores	Resumo* *Os resumos foram reduzidos, apresentando somente objetivo, metodologia e conclusão Resumos completos Anexo B
Atuação do psicólogo escolar na educação inclusiva/2022	SCHMENGLER, A. R.; FONTOURA, G. M.; PIZZOLOTTO, R.; PAVÃO; S. M. de O.	[...]O objetivo consistiu em verificar o papel do Psicólogo Escolar para a inclusão de alunos Público-Alvo da Educação Especial. [...] Delimita-se como pesquisa qualitativa, exploratória, do tipo bibliográfica. [...] Os achados apontaram que o Psicólogo Escolar tem papel relevante no processo inclusivo, de modo a atuar em diferentes espaços e níveis de escolarização. Pode contribuir com suas práticas, na orientação dos professores, dos alunos e de toda comunidade escolar. [...] Ao concluir que são expressivos os ganhos dessa atuação, seja para o movimento inclusivo, como para todos os agentes envolvidos, urge divulgar esse trabalho e reivindicar a presença do Psicólogo Escolar nas instituições educacionais.
Psicologia escolar e educação inclusiva: da formação às práticas de psicólogas escolares de Mato Grosso do Sul/2019	ALTRÃO, S.S; ALMEIDA, D, M de M.	Este artigo resulta de um estudo que teve por objetivo [...] conhecer concepções e práticas de psicólogas/os escolares em relação à Educação Inclusiva. [...] pesquisa qualitativa na modalidade estudo de caso buscou-se compreender fatores que influenciaram nas escolhas pela atuação na Psicologia Escolar e Educacional. [...] a presença de psicólogos escolares na região ainda é inexpressiva e as profissionais atuantes, embora demonstrem comprometimentos sobre a inclusão, encontram dificuldades no planejamento e na implementação de projetos voltados à construção de práticas educativas inclusivas.
Inclusão escolar: concepções de psicólogos escolares e educacionais/ 2018	FONSECA, T da S.; FREITAS C.S. C.; NEGREIROS, F.	[...] investigar a concepção de psicólogos escolares e educacionais sobre a inclusão escolar. Tratou-se de um estudo de campo, qualitativo, descritivo [...] O instrumento de coleta de dados utilizado foi um roteiro de entrevista semiestruturada, analisado pelo método da análise de conteúdo. Mediante a análise, obtiveram-se cinco categorias. [...] os psicólogos escolares e educacionais concebem a inclusão escolar como um processo relevante, desafiador e benéfico para os envolvidos. Os desafios abrangem aspectos relacionados principalmente à necessidade de suporte físico, humano e governamental para a efetivação da inclusão escolar. Os benefícios direcionaram-se para todos os alunos e para os profissionais que atuam no ambiente escolar.
Psicologia escolar e educação inclusiva: A atuação junto aos Professores/2018	FONSECA, T da S.; FREITAS C.S. C.; NEGREIROS, F.	[...] analisar a atuação do psicólogo escolar junto aos professores frente a Educação Inclusiva. A metodologia utilizada foi qualitativa do tipo exploratório-descritiva. [...] O instrumento de coleta de dados foi um roteiro de entrevista semiestruturada. O procedimento de análise de dados utilizado foi a análise de conteúdo. Os resultados obtidos implicaram em três categorias. [...] a existência de demandas inclusivas comportamentais, acadêmicas e de manejo familiar direcionada pelo professor ao psicólogo escolar; o desenvolvimento de práticas profissionais tanto de cunho resolutivo como preventivo pelo psicólogo escolar; e a atuação do psicólogo escolar junto aos professores frente a Educação Inclusiva foi percebida como benéfica, principalmente no que se refere a aspectos de evolução do aluno, de mudanças atitudinais dos professores e de diminuição de demandas direcionadas ao Serviço de Psicologia Escolar.
Contribuições do Psicólogo Escolar no Processo de Inclusão/2018	SILVA, B. E. D.; MOREIRA, H.W. OLIVEIRA, A. B de SILVA, M. A. L.; CARVALHO, M das G de	[...] analisar as contribuições da intervenção do psicólogo escolar no processo de inclusão. [...] O método consistiu em uma revisão bibliográfica, com abordagem qualitativa, nas bases de dados: Scielo, Pepsic e Google Acadêmico. [...] Concluiu-se que a escola inclusiva é uma necessidade para a educação construtivista e democrática, que não prescinde da intervenção do psicólogo escolar, para facilitar a vida dos alunos e o sucesso da instituição.
Políticas Educacionais e Psicologia: diálogos para incluir alunos com necessidades educativas especiais/2017	URT, S. da C.; PIATTI, C. B.; SILVA, J. M.; BALBINO, S. I.	[...] propor reflexões acerca das políticas para educação inclusiva de alunos(as) com necessidades educativas especiais. Provém do [...] estudo de dissertações defendidas entre 2003-2017 nos cursos de mestrado em Psicologia em Mato Grosso do Sul. [...] Consideramos que a interface entre Psicologia e Educação auxilia no estabelecimento e manutenção dos direitos de todos(as) ao atendimento de específicas necessidades educacionais, já que entende a educação como principal atividade para o desenvolvimento cognitivo.

Fonte: a AUTORA (2022)

4.2 PSICOLOGIA ESCOLAR E EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Este Capítulo trata dos resultados obtidos na entrevista com as duas profissionais: Educador Especial (Quadro 4) e Psicólogo (Quadro 5).

Quadro 4 – resultados da entrevista com o profissional da educação especial

Perguntas	Respostas
1 - Quanto tempo de profissão?	2017 me formei tenho 15 anos de formação, formei aqui na instituição.
2 - Possui pós graduação?	Tenho mestrado, doutorado e especialização também, pesquisas todas na área de educação especial., mestrado e doutorado em educação na linha de educação especial do PPGE.
3 - Tempo que atua na instituição?	Atuo na instituição a quase 10 anos, vai fechar 10 anos em janeiro do próximo ano.
4- Quais são suas atividades na escola?	Coordeno toda a subdivisão de acessibilidade. Gestão do setor e das demandas. [...] trabalho em parceria com os colégios a bastante tempo, os colégios fazem parte da Educação básica, mas como fazem parte da universidade atendemos os alunos aqui na CAED, tantos os estudantes que entraram pelas cotas e também os que não entraram pelas cotas.
5 - Como se dá a relação com os professores, direção, outros?	Fluxo padrão para todos os cotistas e outro para os não cotistas, colégio manda uma lista para fazer as entrevistas com os alunos, isso para todos os estudantes da UFSM. [...] Com o colégio a relação próxima com o Departamento de ensino e alguns profissionais (citou nomes), participamos de reuniões, os professores nos buscam por e-mail através das recomendações que são enviadas, a partir das entrevistas, quando precisa de adaptações para a avaliação tem de mandar e-mail com antecedência, fazemos a devolução na forma de sugestão, mas não consigo ter contato próximo como ocorre em outras escolas.
6 - Você se considera inserido na equipe da escola?	Sim, no Politécnico me considero inserida.
7 - Como você observa, define e percebe o trabalho do psicólogo na escola?	Faz pouco que começou a atuar lá, em razão da legislação de 2019, foi uma demanda dos colégios para o colégio, eu não tive contato com a psicóloga, acho que isso é uma dificuldade já da própria estrutura da universidade. [...] Mas você como psicóloga sabe os profissionais da psicologia tem dificuldade de se relacionar com profissionais de outras áreas.
8 - No que concerne a inclusão, esse trabalho em conjunto com o psicólogo que facilitaria a inclusão de alunos com deficiência?	Acho que sim, esta divisão em gavetas é prejudicial para o setor, temos uma equipe multiprofissional e não está estruturada a dialogar. Poderia fazer um trabalho em conjunto e não estar com tantos atendimentos fragmentados., mais confunde do que ajuda os estudantes as vezes. [...] precisa olhar para um sujeito que que é um sujeito estudante que o nosso foco, foco de atendimento dentro de uma instituição de ensino deve ser educacional.
9- Você percebe esse trabalho em conjunto com o psicólogo que facilitaria processo de inclusão desses alunos?	Ai a gente precisaria de mais tempo, orientações que não fosse só com a psicologia, mas os casos da Educação especial, precisaria estar a profissional da subdivisão de acessibilidade junto, que atende, precisaria dessas orientações colaborativas conjuntas e não separadas. Teria que ocorrer esse encontro com todos os profissionais.
10 - Considerando o trabalho colaborativo, consegue fazer um trabalho colaborativo com o psicólogo?	Com certeza, as próprias orientações, a forma como tu conduz uma família. [...] às vezes pensamos de uma forma equivocada, mas tu pode dizer desse jeito. [...] Talvez a psicologia tenha estratégias que a gente pode adotar para melhorar essa responsabilização, de tirar esse foco do estudante que tem seus direitos, mas também é um sujeito de deveres. [...] Seria uma estratégia interessante alinhar para um futuro com o profissional referência. [...] Daria conta de mais alunos.

Fonte: a AUTORA 2022

Quadro 5 – resultados da entrevista com o profissional da psicologia

Perguntas	Respostas
1 - Quanto tempo de profissão?	Tenho 12 anos de profissão.
2 - Possui pós graduação?	tenho pós graduação em gestão educacional, estou terminando especialização em Educação especial e neuropsicopedagogia, mestrado em educação com abordagem em educação inclusiva e doutorando em educação.
3 - Tempo que atua na instituição?	Estou nesta instituição tem 5 meses.
4 - Conhece a PNEEPEI? Sabe quem é seu público alvo? Tem alunos na escola?	Sim, são as pessoas com deficiência física, intelectual, superdotados, TEA, transtorno do espectro autista. Têm 8 alunos no colégio que fazem parte da política.
5 - Como é seu contato com os alunos inseridos nesta política?	Só os que chegam no departamento de ensino, através de um acolhimento, uma conversa. O meu contato desde a minha chegada nunca tive com todos esses que constam na tabela, só quem de fato quer e precisa de um serviço.
6 - Como seu conhecimento auxilia nesse processo de inclusão?	Acredito que partir dos acolhimentos que é feito e das orientações que são dadas a estas pessoas de fortalecimento, de mostrar que tem capacidade. [...] Viés do meu trabalho em conseguir trazer essa autoconsciência que ninguém é igual que temos limitações, que estas limitações não são obstáculos que vão deixar de evoluir, trabalhar muito no viés da auto estima de se reconhecer como sujeito forte, que passou por desafios, que talvez seja muito mais resiliente do que outro que não tenha comprometimento. [...] aqui o viés é para acolhimento, meu auxílio é deixar colocar o serviço a disposição mostrar esse fortalecimento.
Dentro pergunta anterior, foi feito como complemento o questionamento sobre a relação com os professores da escola?	Meu contato com os professores está no planejamento para o próximo anos devido aos entraves da inserção da psicologia aqui no colégio, foi difícil desenvolver meu trabalho.
7 - Como define o trabalho do educador especial na escola?	Trabalho importante, penso que deva envolver muito investimento. Pois quando não há desistência é porque está dando certo.
8- Como acredita que seu trabalho beneficiaria este processo de inclusão?	Meu trabalho nesse processo de inclusão seria a partir da autoconsciência para os direitos que estes sujeitos tem como gente, às vezes falta esse conhecimento. [...] de mostrar o que eles podem fazer, alcançar, evoluir, trazer a consciência do mundo do trabalho. [...] porque muitos não sabem o que fazem aqui, vem mais de um desejo da família.
9 -Acontece trabalho em conjunto com o educador especial na escola para facilitar a inclusão destes alunos? De que modo? Por que?	Não, somente a partir de ternos, por documentos, trabalho em conjunto não. Se existe uma reunião nunca fui convocada, se existe deve ser outro profissional do setor que participa, conhecimento só por documentos. [...] Acredito que deva existir demanda grande, número pequeno de profissionais para dar conta do público, mas daria para propor esse encontro, mas daí teria a questão de horários, de coincidir agenda, bater dias.
10- Quais suas percepções sobre os benefícios do seu trabalho em conjunto com o educador especial para facilitar a aprendizagem, socialização destes alunos?	Acho que seria muito rico, no momento em que dividiria ideias direcionadas para o planejamento do aluno. A gente conseguiria ver de fato como alcançar esse sujeito, talvez podendo trabalhar juntas fazendo que esse sujeito se abra para suas necessidades de fato. Momento de aprendizado para a educadora e para mim. Fazer com que o sujeito descubra quais suas demandas partindo da inclusão.

Fonte: a AUTORA 2022

4.3 INTERFACES DA MEDIAÇÃO COLABORATIVA: BENEFÍCIOS E DESAFIOS ENTRE EDUCAÇÃO ESPECIAL E PSICOLOGIA

Ainda que a psicologia tenha caminhado por muito tempo ao lado da educação, a psicologia escolar é um campo novo de atuação que vem sendo pensado pelo CFP desde 2007, quando promulgou a Resolução 13/07, que refere sobre a especialização em Psicologia Escolar. Mas é importante considerar que somente no ano de 2019 foi promulgada a Lei 13.935, que dispõe sobre o serviço de Psicologia e Serviço Social nas redes públicas de Educação Básica. Estes profissionais deverão atuar junto aos demais, formando uma equipe multiprofissional que vise o ensino-aprendizagem dos estudantes. (BRASIL, 2019).

Diante disto se podem considerar a fala da psicóloga quanto ao seu tempo de atuação no espaço escolar. *“Psicóloga: [...] estou nesta instituição tem 5 meses.”* O tempo de atuação como profissional da psicologia na escola é muito recente, deve-se considerar a Lei 13.935/2019 para ingresso desta profissional como parte da equipe multiprofissional desta escola, sendo esta de ensino público. Haja vista, que algumas escolas, de cunho privado, já julgavam importante a presença deste profissional na sua equipe escolar, quando convocados a participar dessas equipes multiprofissionais, confundem-se geralmente com orientadores escolares, psicopedagogos, coordenadores pedagógicos. (MARINHO-ARAÚJO, 2007; NEVES, 2007).

Ainda que esta profissional tenha tempo de formação, especialização e mestrado na área de educação, e a Lei 13935/19, tenha quase três anos, pode-se considerar que anos de pandemia, pelo fato dos profissionais da educação terem que atuar “home office”, ainda devido as instabilidades, políticas, econômicas, e por este profissional não fazer parte até então da equipe, diante do contexto social e educacional que estávamos não foram chamados a atuar na escola, isso pode ter auxiliado para retardar ainda mais o processo de inserção deste profissional como parte da equipe escolar. E agora após o retorno presencial as dificuldades de voltar a rotina escolares, muitas questões sobre ansiedade dos alunos, deva ter sinalizado a importância deste profissional dentro do espaço escolar. (SILVA, et al., 2021)

Psicóloga: [...] tenho 12 anos de formação [...] tenho pós graduação em gestão educacional, estou terminando especialização em Educação especial e neuropsicopedagogia, mestrado em educação com abordagem em educação inclusiva e doutorando em educação

Antunes (2008); Dias; Patias; Abaid (2014); Fonseca; Freitas; Negreiros (2018b); Martínez (2010) contemplam que o profissional da psicologia que atua no campo escolar na atualidade deve aliar teoria e prática, na interação com os demais profissionais da escola, fazendo parte da equipe multiprofissional da escola, construindo soluções que inclua multiplicidade de ideias, personalidades, condições sociais, que são inerentes a vida e a comunidade escolar. Ele tem diversas frentes de atuação no cotidiano escolar, contribuindo para uma atuação profissional crítica.

Ao contrário, a educadora especial tem sua inserção no âmbito escolar mais longa, devido às particularidades de sua formação e prerrogativas de atuação, as políticas de inclusão de escolar a pessoas com deficiência, sendo seu papel essencial no processo de inclusão.

Educadora:[...] tenho 15 anos de formação [...] especialização todas na área de educação especial e mestrado e doutorado na área de acessibilidade da PPGE [...] atuo na instituição a quase 10 anos, vai fechar 10 anos em janeiro do próximo ano.

No caso desta profissional temos sua formação nos adentros da PNEEPEI de 2008, e sua inserção como educadora especial, dentro de universidade pública, em 2012. Remete à importância deste profissional, não só na Educação Básica, mas também superior, para auxiliar professores, no processo de aceitação, aprendizagem de alunos público alvo da educação especial (BRASIL, 2008).

Quando questionada a profissional da psicologia sobre a PNEEPEI, levando em consideração a sua formação, como visto anteriormente, na área da educação e também inclusão, a profissional mostrou conhecimento, tanto pela política quanto pelo público que atende.

Psicóloga: [...]são as pessoas com deficiência física e intelectual, superdotados, TEA – Transtorno do Espectroautista.

Embora a profissional tenha conhecimento sobre área de inclusão, com pós-graduações voltadas para a área e compreensão sobre política de acesso de estudantes com deficiência. Nota-se na fala, dificuldade na execução de práticas inclusivas. Esses obstáculos são oriundos da compreensão da comunidade escolar sobre a real atuação dos profissionais no espaço escolar, pois ainda há uma crençasamente no modelo clínico. (ALTRÃO; ALMEIDA, 2019).

Psicóloga:[..] tem oito alunos no colégio. [...] o meu contato desde a minha chegada, eu não tive com todos esses que constam na tabela, só quem de fato quer e precisa do serviço. [...]Aqui o viés é para acolhimento individual. [...] devido aos entraves na inserção da psicologia aqui no colégio, é difícil desenvolver meu trabalho

Permanece no imaginário social que o trabalho do psicólogo escolar é somente atender os alunos que têm problemas, contornar situações conflituosas, desenvolvendo práticas clínicas individuais. (PATIAS; MONTE BLANCO; ABAID, 2009). Desconsidera-se que parte do trabalho entre a psicologia e a escola, num contexto de educação inclusiva, seja preservar a diversidade apresentada e possibilitar o atendimento às necessidades especiais de cada estudante. Será preciso oferecer oportunidades específicas afim de que o acesso ao conhecimento os torne iguais.

Quanto ao trabalho da educadora especial, atua em um núcleo responsável por atender as demandas de acessibilidade em toda instituição de Ensino Superior, esta profissional atua na escola, mas não de forma presencialmente. Dadas as particularidades da instituição em que foi realizada a pesquisa, uma universidade federal, onde possui colégios vinculados, tanto de educação básica, como técnicos integrados, que estão ligados a Unidade de Educação Básica, Técnica e Tecnológica.

Educadora: [...] trabalho numa parceria com o politécnico. [...] atendo na CAED tantos os estudantes que entraram pelas cotas e também os que não entraram pelas cotas. [...]Participo de reuniões quando solicitam. [...] Não consigo ter um contato próximo todo dia com os professores. [...] No politécnico me sinto inserida por ter mais demanda

Diante do observado na fala da educadora, Andrade; Cordeiro (2022) refere que atividades isoladas, acabam por segregar o estudante público-alvo da educação especial, bem como a produzir uma fragilidade nos planejamentos e articulação entre os professores e educadores especiais.

Ainda que a profissional se sinta inserida na escola, sua troca com os professores é muito limitada, ressalta-se aqui o trabalho do educador especial muito solitário, depende da gestão escolar e como se atenta para o processo de aprendizagem e da prática adotada de ensino com seus alunos. (MARQUES; DUARTE, 2013). Santos et al. (2017) cita que as dificuldades encontradas de realizar um trabalho em conjunto, acontece devido às condições de trabalho desses profissionais, tendo em sua maior parte uma sobrecarga de aulas, horários, locais de trabalhos diferentes, dificultando o diálogo à articulação de elaboração e propostas de atividades e planos de ensino com interdisciplinaridade destes profissionais para que ocorra uma inclusão de qualidade.

Questionadas, as profissionais da psicologia e educação especial, sobre como definem o trabalho uma da outra na estrutura a qual fazem parte, trazem:

Educadora: [...] faz pouco tempo que ela está lá, em razão da legislação de 2019, eu não tive contato com a psicóloga, isso é uma dificuldade da estrutura da universidade.

Psicóloga: [...] trabalho importante, penso que deva envolver muito investimento. Pois quando não há desistência desses alunos é porque o este trabalho está funcionando

Verificou-se nesta fala que a educadora sabe que atualmente tem profissional da psicologia. Por conseguinte, traz uma justificativa pois nota-se que não possui conhecimento sobre as atividades da psicóloga e atuação desta dentro do colégio. Por sua vez a Psicóloga não faz inferência sobre o trabalho, mas justifica sua importância, pautando-se na não evasão de alunos com deficiência da escola. Considerar-se aqui a realidade que estes profissionais estão inseridos, fazendo parte de uma mesma instituição, mas atuando em setores e também espaço físico diferentes, pode ser mais um empecilho para esta interfaces não ocorra de fato. Desconsiderando o que Benitez; Domeniconi (2018); dizem sobre o diálogo entre os profissionais, a busca por um trabalho em equipe e a ação de diversos agentes educacionais nas instituições de ensino

Seguindo a ideia acima, corroborando com a fala da educadora, a profissional da psicologia complementa:

Psicóloga: [...] não tenho contato, só a partir de documentos, trabalho em conjunto não. [...] se existe uma reunião nunca fui convocada, se existe deve ser um outro profissional do setor que participa, conhecimento só por documentos.

Deste modo, observou-se que a interface entre esses dois profissionais, não é realizada, a comunicação é inexistente entre estes profissionais, o que vai de encontro as ideias de Capellini; Zerbato (2019), Anache (2007), Carrilho (2011), que uma boa comunicação que lhes permite responder com melhor eficiência à mudança social que vem ocorrendo no espaço escolar, sob o foco da educação inclusiva.

Tendo como base as dificuldades demonstradas para que ocorra a interfaces entre estes profissionais, e o entendimento que parte do trabalho entre a psicologia e a escola, num contexto de educação inclusiva, seja preservar a diversidade apresentada e possibilitar o atendimento às necessidades especiais de cada estudante. Será preciso oferecer oportunidades específicas afim de que o acesso ao conhecimento os torne iguais. Neste sentido as profissionais que participaram da pesquisa, quando

questionadas sobre suas percepções sobre os benefícios do seu trabalho em conjunto manifestaram:

Psicóloga: [...] acho que seria muito rico, no momento em que dividiria ideias direcionadas ao planejamento do aluno. A gente conseguiria ver de fato como alcançar esse sujeito

Educadora: [...] com certeza as próprias orientações, a forma como tua conduz a família. [...] às vezes pensamos de uma forma equivocada.

Percebeu-se a concordância entre as profissionais em suas falas de como o trabalho poderia ser realizado de modo que pudesse beneficiar o aluno e também enriquecer suas trocas enquanto equipe. A interface entre os profissionais da psicologia escolar e os educadores, propicia um olhar especializado por meio dos quais é possível referendar o estabelecimento e a manutenção dos direitos de todos para o atendimento de suas específicas necessidades educacionais, uma vez que a psicologia entende a educação como principal atividade para o desenvolvimento cognitivo. (URT et al., 2017).

Partindo das ideias de Vygotski, (2006) a Teoria Histórico Cultural, indica que a mediação que ocorre no meio que o sujeito está inserido, seja através de instrumentos ou da natureza, é o que promove o desenvolvimento das funções psicológicas superiores. E ainda, quando estas mediações são insuficientes comprometem mais a deficiência, e acabam por limitar ainda mais o sujeito. Compartilhando com as ideias de Vygotsky, elucida-se a relevância do processo de mediação entre os profissionais da psicologia e educação especial, para o processo de inclusão. Visto que as trocas de conhecimentos, as inferências sobre o aluno, tanto sob a ótica do psicólogo e do educador especial, podem ser enriquecedoras para o processo de aprendizagem deste aluno. Uma vez que, para Vygotsky (2005) o processo de aprendizagem independe da maturação, mas da relação que o sujeito estabelece com o adulto, pois nestas residem o caráter social.

Alguns autores como Antunes (2017); Fonseca; Freitas; Negreiros, (2018a e b); Schmengler et al. (2022); Silva et al. (2018), contemplam em suas

pesquisas que o trabalho do psicólogo escolar, junto a escola traz benefícios que podem ser direcionados a alunos e também a todos os profissionais que atuam no ambiente escolar. Deste modo, Martinez (2007) que se deva observar o ambiente escolar como um sistema social complexo de desenvolvimento e aprendizagem dos sujeitos que alise relacionam, e ainda compreender as deficiências a não como algo inerente ao sujeito, mas sim uma construção social.

Psicóloga: [...] viés do meu trabalho está em conseguir trazer essa autoconsciência que ninguém é igual, todos temos limitações. [...] trabalhar questões de autoestima, de se reconhecer como sujeito forte, que passou por desafios, que talvez seja mais resiliente do que muitos que não tenham comprometimento. [...] porque muitos não sabem o que fazem aqui, vem mais de um desejo da família.

Vygotski (2022) afirma que a defectologia era considerada uma área de menor importância dentro da pedagogia, porém defendia a tese de que uma criança não pode ser considerada menos capaz de se desenvolver do que outra devido às suas deficiências. Estas são frutos de exposições sociais errôneas a qual está criança é exposta, quer seja por falta ou excesso de zelo dos pais e/ou pela aceitação da condição desta criança desconsideram que elas poder ter uma vida psíquica normal. Ainda que aqui Vygotski, fale de crianças e o público alvo da escola em questão, sejam adolescentes, e que estão em uma fase diferente, descobrindo novas realidades, grupos de amigos, novas formas de ver e interagir com o mundo, quem sabe ainda buscando um pouco mais de independência, não se pode deixar de vislumbrar um sujeito em desenvolvimento.

Educadora: [...] facilitaria sim, esta divisão em gavetas é prejudicial para o setor, temos uma equipe multiprofissional que não está estruturada a dialogar. [...] orientação que não fosse só com a psicologia, mas os casos da educação especial precisaria estar um profissional da subdivisão de acessibilidade junto, que atende esses estudantes, precisaria dessas orientações colaborativas em conjunto e não separadas.

Aqui começa a aparecer os desafios para o processo de mediação entre os profissionais da educação especial e psicologia, a falta de diálogo entre a equipe. Claro que se deva considerar que neste caso a educadora refere-se ao núcleo menora qual está inserida, pois este tem várias subdivisões de trabalho, sendo nesta pesquisa aqui mais relacionada as subdivisões de acessibilidade e saúde mental. Trazendo impasses de comunicação entres os profissionais que estão locados em subdivisões diferentes, mas ainda assim compartilham o mesmo prédio.

Educadora: [...] a demanda de trabalho é grande para o psicólogo e para educador especial que faz esses atendimentos, mas você como psicóloga sabe que os profissionais da psicologia têm dificuldade de se relacionar comos profissionais de outras áreas.

Psicóloga: [...] acredito que deva existir uma demanda grande, e uma número muito pequenos de profissionais para dar conta deste público.

Cabe também refletir que o público do psicólogo escolar não é somente os alunos em inclusão pela PNEEPEI, ainda que esta psicóloga se encontra dentro de uma estrutura menor da instituição, a escola de educação básica, esta tem outras atividades para além, os demais alunos e ainda professores. Claro que isso não justifica a falta de comunicação, ainda que a educadora deva atender somente alunosem inclusão, esta faz os atendimentos de todos os inclusos da instituição. Vilaronga; Mendes (2014) falam desta demanda de trabalho do educador especial, que se limitam aos atendimentos individuais, não tendo tempo na sua carga horária para a efetivação do trabalho colaborativo.

Educadora: [...] poderia fazer um trabalho em conjunto e o estudante não estar com tantos atendimentos fragmentados, mais confundindo-o do que ajudando em alguns casos. [...] preciso olhar para um sujeito que é um todo, é um sujeito estudante que esse é nosso foco. [...] o foco de um

atendimento dentro de uma instituição de ensino é educacional.

Refletindo sobre a fala da educadora em relação aos atendimentos fragmentados, em vários setores, reflete a falta de comunicação entre eles, de um sistema integrado de informações. Visto que, existem nesta instituição vários serviços de psicologia disponíveis aos estudantes, todos com cunho clínico.

Levando-se em conta a fala da educadora que os profissionais da psicologia têm dificuldade de se relacionar. Considera-se aqui a instituição como um todo, pois ambos os locais estão vinculados a esta estrutura, que deve pensar no modo como devem atuar os psicólogos dentro desta instituição. De modo que, atualmente temos somente dois profissionais atuando na ênfase escolar, sendo estes bolsistas de Pós-Graduação, atuando junto as escolas de que são vinculadas a Coordenadoria de Educação Básica, Técnica e Tecnológica da instituição (CEBTT) e fazem parte, do sistema Federal de Ensino, subordinada ao Ministério da Educação. Ainda que esta instituição seja de Ensino Superior, ela está ligada a educação e ao processo de aprendizagem, Souza et al. (2011) atenta para o fato de ainda se encontrar profissionais da psicologia atuando na área da educação que centram suas práticas aos entendimentos clínicos a alunos, familiares e professores. Como percebeu-se na prática da psicóloga.

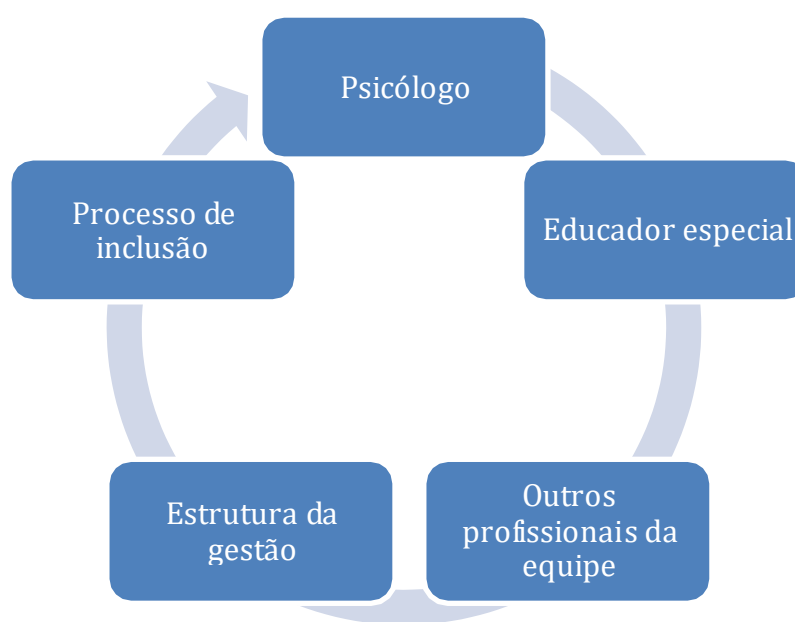
Psicóloga: [...] aqui o viés é para acolhimento individual. [...] devido aos entraves na inserção da psicologia aqui no colégio, é difícil desenvolver meu trabalho. [...] o meu contato com os professores está no planejamento para o próximo ano.

Pode-se identificar a dificuldade de desvincular do papel do psicólogo escolar do psicólogo clínico, o que acaba por comprometer o acesso até os professores, devido a uma imposição da escola. Barbosa; Marinho-Araújo (2010) revelaram que, os professores, gestão escolar ainda associam a atuação da psicologia escolar a um trabalho clínico e individualizado. Indo no

sentido contrário que ao que Manual de Psicologia escolar-educacional incute sobre ao profissional integrar a teia de relações e fazer parte da equipe multiprofissional, que envolve o processo ensino e aprendizagem levando em conta o desenvolvimento global do estudante e da comunidade educativa. (CASSINS et al., 2007)

Vale destacar que as dificuldades para que ocorra a mediação colaborativa entre os profissionais da psicologia e educação especial, muitas vezes esbarra na estrutura/gestão a qual os profissionais fazem parte (Fig. 1). Pois ambas as profissionais percebem que o trabalho poderia auxiliar no processo de inclusão.

Figura 1: Mediação colaborativa no contexto escolar



Educadora: [...] talvez a psicologia traga estratégias que a gente pode adotar para melhorar a auto responsabilização do próprio estudante, de tirar esse foco do

estudante que só tem direitos, mas também é um sujeito de deveres.

Psicóloga: [...]talvez podendo trabalhar juntas para esse sujeito se abrisse para suas necessidades de fato. Momento de aprendizagem para a educadora e para mim. [...] fazer com que o sujeito descubra quais as suas demandas partindo da inclusão.

Neste sentido corroborando os resultados com os autores que fizeram parte da pesquisa bibliográfica como Fonseca; Freitas; Negreiros (2018); Gomes (2018); Schmengler et al. (2022); Silva et al. (2017) que elucidam a possibilidade da mediação colaborativa entre o trabalho do psicólogo escolar beneficiar o processo de inclusão e aprendizagem dos alunos junto ao educador especial. E ainda contribuir para a interfaces, na busca por estratégias que visem o melhor para os estudantes.

PARTE 5

A inspiração é parente do charlatanismo; o entusiasmo, da fraude. Há uma idade para a inspiração inclusive na poesia, esse eterno refúgio dessa força escura. Dificilmente um empresário norte-americano confiaria a direção de sua fábrica à inspiração do diretor e o comando de um barco ao entusiasmo do capitão. Sempre preferirá um engenheiro especializado e um sábio marinheiro. Está na hora de que também a pedagogia comece a trilhar esse caminho e busque pessoas que conheçam exatamente as leis e a técnica dos caminhos pelos quais se cria na alma infantil a própria inspiração. Conseqüentemente, o conhecimento exato das leis da educação é, sobretudo, o que se exige do professor. Nesse sentido podemos aplicar a expressão de Münsterberg de que devem existir muitos tipos de professores e que, apesar disso, o autêntico professor sempre é igual. Esse é o professor que constrói seu trabalho educativo, não com base na inspiração, mas no conhecimento científico. A ciência é o caminho mais seguro para a conquista da vida. No futuro, todos os professores basearão seu trabalho na psicologia, e a pedagogia científica se transformará em uma ciência exata baseada na psicologia. Segundo Blonski, a pedagogia científica deve se fundar na psicologia pedagógica científica, isto é, biossocial. Desse modo, em vez de ter um curandeiro teremos um cientista (VIGOTSKI, 2003, p. 300).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento desse estudo possibilitou uma análise sobre mediação colaborativa entre o profissional da psicologia e o educador especial, considerando as percepções destes profissionais no que tange a inclusão de alunos público alvo da PNEEPEI.

Como objetivo geral, a pesquisa buscou: compreender a interfaces das ações do Psicólogo e do Educador Especial no contexto escolar para efetivar a inclusão de alunos Público-Alvo da Educação Especial. Para se atingir uma compreensão desse contexto, definiram-se três objetivos específicos: a) descrever os campos teóricos da psicologia escolar e educação especial; b) identificar a maneira como ocorre a mediação entre o Psicólogo e o Educador Especial, frente à educação inclusiva; c) analisar sobre os benefícios e desafios que o trabalho colaborativo destes profissionais pode representar frente à educação inclusiva.

Quanto ao levantamento bibliográfico realizado para construir o arcabouço teórico do trabalho, para compreender as interfaces das ações do Psicólogo e do Educador Especial no contexto escolar, ainda é preciso avançar no campo de pesquisas com vistas a ampliar a discussão, do potencial destes profissionais para o processo de inclusão escolar.

Conclui-se que, a interface no contexto escolar entre os profissionais da psicologia e educação especial é muito restrita, quase nula, mas se pode considerar neste estudo a estrutura da instituição em que foi desenvolvido o estudo de caso, por ser uma instituição de ensino superior que tem particularidades e fluxos padrões de acesso dos estudantes aos serviços.

Os desafios para que ocorra a mediação colaborativa esbarra nas demandas de trabalho, na carga horária dos profissionais, na organização/gestão escolar que os profissionais estão imersos. Contudo a atuação do psicólogo na escola, parece ainda apresentar dificuldades para auxiliar no processo inclusivo.

Tal pesquisa pode demonstrar que os profissionais da educação especial e psicologia percebem os benefícios de uma mediação com vistas a educação inclusiva, tanto nas estratégias de atendimento, processos de inclusão, mas

também no fortalecimento de capacidades e potencialidades destes sujeitos.

Por fim, o estudo apresenta algumas limitações, a escassez de estudos voltados à temática, sugere o desenvolvimento de trabalhos futuros que discorram, sobre a mediação colaborativa do profissional da psicologia e o educador especial no processo de inclusão. Do mesmo modo, se mostra necessário pesquisas que contemplem sobre a importância de compreender as atribuições dos psicólogos de modo mais afetivo no trabalho com estudantes público da PNEEPEI.

REFERÊNCIAS

- ABENHAIM, E. Os caminhos da inclusão: breve histórico. In: MACHADO, A.M. et al. (Orgs.). **Psicologia e Direitos Humanos: Educação inclusiva, direitos humanos na escola**. São Paulo: Casa do Psicólogo: Brasília, DF: Conselho Federal de Psicologia, 2005.
- ALMEIDA, S. F. C de. O Psicólogo escolar e os impasses da educação: Implicações da (s) teoria (s) na atuação profissional. In: PRETTE, Z. A. P. D. (Org.). **Psicologia escolar e Educacional: Saúde e qualidade de vida**. 4. ed. Campinas, SP: Editora Alínea, 2011.
- ALMEIDA, S. F. C. de; MARINHO-ARAÚJO, C. M. (Org.). **Psicologia Escolar: Construção e consolidação da identidade profissional**. 3. ed. Campinas, SP: Editora Alínea, 2010.
- ALTRÃO, S. S.; ALMEIDA, D. M. de M. Psicologia escolar e educação inclusiva: da formação às práticas de psicólogas escolares de Mato Grosso do Sul. **Revista online de Política e Gestão Educacional**, Araraquara, v. 23, n. esp. 1, p. 728-742, out. 2019. DOI: <https://doi.org/10.22633/rpge.v23iesp.1.13018>. Acesso em: 25 jun. 2022.
- ANACHE, A. A. A pessoa com deficiência mental entre os muros da educação. In: CAMPOS, H. R. (Org.). **Formação em psicologia escolar: Realidades e perspectivas**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2007.
- ANDRADE, J; CORDEIRO, A.F.M. O Trabalho Pedagógico do Segundo Professor de Turma da Educação Especial: um estudo das influências no seu decurso profissional. **Revista Educação Especial**. Santa Maria, v. 35. 2022. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5902/1984686X66514> Acesso em: 10 out. 2022.
- ANTUNES, M. A. M. Psicologia Escolar e Educacional: história, compromissos e perspectivas. **Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional**. v.12, n. 2, Jul/dez, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pee/a/kgkH3QxCXKNNvxpbgPwL8Sj/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 16 nov. 2021.
- ANTUNES, A. A. **Processo de Inclusão no Instituto Federal de Goiás: O Papel do Psicólogo**. 2017. 130f. Dissertação (Mestrado em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde) – Universidade de Brasília, Brasília, 2017. Disponível em: https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/23660/1/2017_An dr%C3%A9 Alexandre Antunes.pdf. Acesso em: 14 ago. 2022.
- BARBOSA, R. J.; MARINHO-ARAÚJO, C. M. Psicologia escolar no Brasil: considerações e reflexões históricas. **Estudos de Psicologia**. Campinas, v.27, n.3, jul./set., 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/estpsi/a/HfFbGhyKP8vqpXtJFW9n9FP/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 09 out. 2022.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. 1 ed., rev., amp.. São Paulo: Edições 70, 2011.

BENITEZ, P.; DOMENICONI, C. Atuação do psicólogo na inclusão escolar de estudantes com autismo e deficiência intelectual. **Psicol. Esc. Educ.**, Maringá, v. 22 n. 1, jan./abr., 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pee/a/YXH3vPxbBQqf3yqpdfT9nJK/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 20 nov. 2019.

BRASIL, **Lei nº 4.119**, de 27 de agosto de 1962. Dispõe sobre os cursos em formação em psicologia e regulamenta a profissão de psicólogo. Brasília, 1962. Disponível em: https://transparencia.cfp.org.br/wp-content/uploads/sites/15/2016/12/Lei-4119_1962.pdf. Acesso em: 22 mar. 2021.

BRASIL. Constituição. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 1988. Disponível em https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/constituicao1988/arquivos/ConstituicaoTextoAtualizado_EC%20116.pdf. Acesso em: 26 jun. 2019.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Brasília: 1996. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/70320/65.pdf>. Acesso em: 26 jun. 2019.

BRASIL. **Decreto n. 3.298**, de 20 de dezembro de 1999. Dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências. Brasília, 1999. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/dec3298.pdf>. Acessado em: 25 jun. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. **Plano Nacional de Educação**. Lei nº 010172, Brasília, DF, 2001. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/L10172.pdf>. Acesso em: 25 jun. 2019.

BRASIL. **Decreto n. 3.956**, de 8 de outubro de 2001. Promulga a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência. Brasília, 2001. Disponível em: http://cape.edunet.sp.gov.br/cape_arquivos/LegislacaoFederal/Decretos/A.1.2.14.LEGISLACAO_FEDERAL_DECRETOS_Convencao.Guatemala_3956.2001.pdf. Acesso em: 30 jun. 2019.

BRASIL. **Lei de LIBRAS**. Lei nº 10436/2001. Brasília, DF, 2002. Disponível em: https://www.udesc.br/arquivos/udesc/documentos/Lei_n__10_436__de_24_de_abril_de_2002_15226896225947_7091.pdf. Acessado em: 04 jul. 2019.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, DF, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeduc ESPECIAL.pdf>. Acesso em: 27 jun. 2019.

BRASIL. **Decreto n. 6949**, de 25 de agosto de 2009. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. Brasília, 2009.

Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/decreto6949_seesp.pdf. Acesso em: 05 jan. 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução no 510**, de 7 de abril de 2016. Trata sobre as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisa em ciências humanas e sociais. Brasília, 2016. Disponível em: https://bvsmis.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2016/res0510_07_04_2016.html. Acesso em: 09 abr. 2022.

BRASIL. **Lei nº 13.935** de 11 de dezembro de 2019. Dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica. Brasília, 2019. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/L13935.htm. Acesso em: 07 jul. 2019.

CAPELLINI, V. L. M. F.; ZERBATO, A. P. **O que é o ensino colaborativo**. São Paulo: Edicon, 2019.

CARRILHO, M. R. F. S. **Trabalho colaborativo entre professores e inovação educacional**: Contribuições da Investigação. 2011. 125 f. Dissertação (Educação/Mestrado em Inovação e Mudança Educacional) – Instituto Politécnico de Viana do Castelo, Portugal, 2011.

CASSINS, A. M. et al. (Org.). **Manual de Psicologia escolar-educacional**. Conselho Regional de Psicologia do Paraná. Curitiba: Gráfica e Editora Unificado, 2007.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Atribuições Profissionais do Psicólogo no Brasil**. Contribuição do Conselho Federal de Psicologia ao Ministério do Trabalho para integrar o catálogo brasileiro de ocupações. Enviada em 17 de outubro de 1992. Disponível em: https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2008/08/atr_prof_psicologo.pdf. Acesso em: 12 ago. 2020.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Resoluções relativas ao Título Profissional de Especialista em Psicologia** e dispõe sobre normas e procedimentos para seu registro nº 013/07. 2007. Disponível em: http://www.pol.org.br/pol/export/sites/default/pol/legislacao/legislacaoDocumentos/resolucao2007_13.pdf. Acesso em: 25 nov. 2021.

CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE. **RESOLUÇÃO Nº 510**, DE 07 DE ABRIL DE 2016, regulamenta pesquisas na área de Ciências Humanas e Sociais. Brasília, 2016. Disponível em: <http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/Reso510.pdf>. Acesso em: 13 abr. 2022.

CORREIA, G. B.; BAPTISTA, C. R. Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva de 2008: quais origens e quais trajetórias? **Revista on-line de Política e Gestão Educacional**, Araraquara, v. 22, n. esp. 2, dez., 2018, p. 716-731. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/rpge/article/view/11905/7791>. Acesso em: 24 jan. 2021.

COSTAS, F.A.T. **O processo de formação de conceitos em crianças com necessidades educacionais especiais na 1ª série do ensino fundamental.** 2003. 271f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.

DIAS, A. C. G.; PATIAS, N. D.; ABAID, J. L. W. Psicologia Escolar e possibilidades na atuação do psicólogo: Algumas reflexões. **Revista Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional**, SP, v. 18, n. 1, p. 105-111, jan./abr., 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pee/a/kFwV6k4ThTqNSNpp6NYmPft/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 20 nov. 2019.

DUARTE, Newton **Vigotski e o “Aprender a Aprender” Crítica às Apropriações Neoliberais e PósModernas da Teoria Vigotskiana** 2. ed. rev. e ampl. — Campinas, SP: Autores Associados, 2001.

FRANSCHINI, R.; VIANA, M. N. (Orgs.) **Psicologia Escolar: que fazer é esse?** Conselho Federal de Psicologia. Brasília, 2016.

FONSECA, T. S.; FREITAS, C. S. C.; NEGREIROS, F. Psicologia escolar e educação inclusiva: A atuação junto aos Professores. **Rev. Bras. Ed. Esp.**, Marília, v.24, n.3, p.427-440, Jul./Set., 2018a. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-65382418000300008>. Acesso em: 24 jun. 2022.

FONSECA, T. S.; FREITAS, C. S. C.; NEGREIROS, F. Inclusão escolar: concepções de psicólogos escolares e educacionais. **Revista Educação Especial**, Santa Maria, v. 31, n. 62, p. 603-616, jul/set. 2018b. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5902/1984686X30410>. Acesso em: 24 jun. 2022.

GATELY, S. E.; GATELY, F. J. Understandingcoteachingcomponents. **TeachingExceptionalChildren**, v. 33, n. 4, p. 40-47, mar./apr. 2001. Disponível em: <https://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.531.7557&rep=rep1&type=pdf>. Acesso em: 07 mar. 2021.

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. (Orgs.). **Métodos de Pesquisa**. Porto Alegre. Editora: UFRGS, 2009. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf>. Acesso em: 25 ago. 2020.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de pesquisa social**. 6 ed., 4 reimp..São Paulo:Atlas, 2011.

GOMES, A. R. **Acompanhamento terapêutico: Articulação entre educação e psicanálise na inclusão escolar.** 2018. 42f. Dissertação (Mestrado Profissional em Psicanálise e Políticas Públicas) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <https://www.btdt.uerj.br:8443/handle/1/14704>. Acesso em: 14 ago. 2022.

GUZZO, R. S. L. et al. Psicologia e Educação no Brasil: Uma visão da história e possibilidades nessa relação. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Brasília, v. 26 n.

especial, p. 131-141, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-37722010000500012>. Acesso em: 16 nov. 2021.

GUZZO, R. S. L. Novo Paradigma para a Formação e Atuação do Psicólogo Escolar no Cenário Educacional Brasileiro. In: GUZZO, R. S. L. (Org). **Psicologia Escolar: LDB e educação hoje**. 4. ed. Campinas, SP: Editora Alínea, 2012.

LA TAILLE, Y. de. O lugar da interação social na concepção de Jean Piaget. In: LA TAILLE, Y. de; OLIVEIRA, M. K. de; DANTAS, H. **Piaget, Vygotsky, Wallon: Teorias psicogenéticas em discussão**. 2. ed. São Paulo: Sammus, 1992.

MARINHO-ARAÚJO. C. M. Psicologia escolar nas diretrizes curriculares: espaços criados, desafios instalados. In: CAMPOS, H. R. (Org.). **Formação em Psicologia Escolar: realidades e expectativas**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2007.

MARQUES, A. N.; DUARTE, M. O trabalho colaborativo: uma estratégia de ensino na aprendizagem de alunos com deficiência intelectual. **Revista de Ciências Humanas**, v.14, n.23, p.87-103, 2013. Disponível em: <http://revistas.fw.uri.br/index.php/revistadech/article/viewFile/1021/1590>. Acesso em: 14 nov. 2021.

MARTINEZ, A. M. O psicólogo escolar e os processos de implantação de políticas públicas: atuação e formação. In: CAMPOS, H. R. (Org.) **Formação em Psicologia Escolar: realidades e expectativas**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2007.

MARTÍNEZ; A. M. O que pode fazer o psicólogo na escola? **Revista Em Aberto**, Brasília, v. 23 n. 83, mar 2010. Disponível em: <http://rbep.inep.gov.br/ojs3/index.php/emaberto/article/view/2456/2194>. Acesso em: 20 nov. 2021.

MINAYO, M. C. de S. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. In: MINAYO, M. C. de S (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 1994.

NEVES, M. M. B. J. Por uma Psicologia Escolar inclusiva. In: MACHADO, A.M. et al (Orgs.). **Psicologia e direitos humanos: Educação inclusiva, direitos humanos na escola**. São Paulo: Casa do Psicólogo: Brasília, DF: Conselho Federal de Psicologia, 2005.

NEVES; M. M. B. J. Formação Inicial em Psicologia Escolar: Questões apontadas por alunos de graduação. In: CAMPOS, H. R. (Org.). **Formação em Psicologia Escolar: realidades e expectativas**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2007.

NOVAES, M. H. **Adaptação Escolar**. Petrópolis: Vozes, 1975.

OLIVEIRA, M. C. S. L. de; DIAS, S. de S. inclusão como contexto de transição de desenvolvimento: um olhar da Psicologia escolar. In: FRANSCHINI, R.; VIANA, M. N. (Orgs.). **Psicologia Escolar: que fazer é esse?** Conselho Federal de Psicologia. Brasília, 2016.

PATIAS, N. D; MONTE BLANCO, M. H.; ABAID, J. L. W. Psicologia escolar: proposta de intervenção com professores. **Cadernos de Psicopedagogia**. São Paulo, v.7, n.,13, 2009. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1676-10492009000100003. Acesso em: 12 jun. 2022.

PATTO, M. H. S. **Psicologia e ideologia**: Uma introdução crítica à psicologia escolar. São Paulo: T. A. Queiroz, 1984.

SANTOS, J. O. L. et al. Atendimento Educacional Especializado: Reflexões sobre a demanda de alunos matriculados e a oferta de salas de recursos multifuncionais na rede municipal de Manaus-AM. **Rev. Bras. Ed. Esp.**, Marília, v. 23, n. 3, p. 409-422, jul./set. 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-65382317000300007> . Acesso em: 3 out. 2022.

SCHMENGLER, A. R. et al. Atuação do psicólogo escolar na educação inclusiva. **Educação: Teoria e Prática**. Rio Claro, SP, v. 32, n.65, jun. 2022. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.18675/19818106.v32.n.65.s14924>. Acesso em: 14 ago. 2022.

SCHMID, J. E. **OBRA DE LEV SEMIONOVITCH VIGOTSKI**: Conceitos e Interpretações. 2019. 129f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Aprendizagem da Universidade Estadual do Oeste do Paraná/UNIOESTE, Cascavel, 2019.

SILVA, B. E. D. et al. Contribuições do Psicólogo Escolar no Processo de Inclusão de Crianças com Dificuldades de Aprendizagem na Escola. **Id onLine Rev. Mult. Psic.** v.12, n. 40, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.14295/idonline.v12i40.1109>. Acesso em: 24 jun. 2022.

SILVA, D. C. et al. Desafios na educação em tempos de pandemia: contribuições da psicologia escolar. In: NEGREIROS, F; FERREIRA, B. O. (Orgs.). **Onde está a psicologia escolar no meio da pandemia?** São Paulo: Pimenta Cultural, 2021. *E-book*.

SOUZA, M. P. R. de. Reflexões a respeito da atuação do psicólogo no campo da psicologia escolar/educacional em uma perspectiva crítica. In: CAMPOS, H. R.(Org.). **Formação em psicologia escolar**: Realidades e perspectivas. Campinas, SP: Editora Alínea, 2007.

Souza, C. S., Ribeiro, M. J.; Silva, S. M. A atuação do psicólogo escolar na rede particular de ensino. **Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional**. São Paulo, v.15, n.1, p. 53-61, jan./ jun., 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pee/a/dFgbLX68Ng7cyWfXqtNQcQD/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 15 jun. 2022.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. 18 reimpr. São Paulo: Ática, 2008.

UNESCO. **Declaração de Salamanca**. Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais. 1994. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acesso em: 22 ago. 2020.

URT, S. da C. et al. Políticas Educacionais e Psicologia: diálogos para incluir alunos com necessidades educativas especiais. **R. Est Inv Psico y Educ.** v. Extr., n. 11, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.17979/reipe.2017.0.11.2697>. Acesso em: 24 jun. 2022.

VYGOTSKY, L. S. Pensamiento y lenguaje. In: Obras Escogidas. TOMO III. Madrid: Visor Distribuciones S.A, 1995.

VYGOTSKY, L. S. **Pensamento e Linguagem.** Edição eletrônica: Ed RidendoCastigat Mores, 2001. *E-book*.

VYGOTSKI, L. S. **Teoria e método em psicologia.** 2. ed. São Paulo, SP: Martins Fontes, 1999.

VIGOTSKI, Liev Semionovich. **Psicologia Pedagógica** / Liev Semionovich Vigotski; trad. Claudia Schilling - Porto Alegre: Artmed, 2003.

VYGOTSKY, L. S. Aprendizagem e desenvolvimento intelectual na idade escolar. In: LEONTIEV, A. et. al. **Psicologia e Pedagogia:** bases psicológicas da aprendizagem e do desenvolvimento. Tradução de Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2005.

VYGOTSKY, L. S. Desarrollo de las funciones psíquicas superiores en la edad de transición. In L. S. Vigotski. **Obras escogidas IV** (2ª ed., pp.117-203). Madrid: Visor y A. Machado Libros. 2006.

VYGOTSKY, L. S. Fundamentos de Defectologia. In: **Obras Completas** – Tomo Cinco: Tradução do Programa de Ações Relativas às Pessoas com Necessidades Especiais (PEE). — Cascavel, PR: EDUNIOESTE, 2022. Disponível em: https://www.unioeste.br/portal/arquivos/proex/pee/livros/Fundamentos_de_Defectologia.pdf. Acesso em: 13 abr. 2022.

VILARONGA, C. A. R.; MENDES, E. G. Ensino colaborativo para apoio à inclusão escolar: práticas colaborativas entre professores. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v. 95, n. 239, jan-abr de 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbeped/a/dBz3F9PJFswJXFzn3NNxTC/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 14 out. 2021.

YIN, Robert K. **Estudo de caso:** planejamento e métodos. Tradução Daniel Grassi. 2.ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

APÊNDICE A - ROTEIRO DE ENTREVISTA COM PSICÓLOGO

1. Quanto tempo de profissão?
2. Possui pós graduação?
3. Tempo que atua na instituição?
4. Conhece a PNEEPEI? Sabe quem é seu público alvo?
5. Como é seu contato com os alunos inseridos nesta política?
6. Como seu conhecimento auxilia nesse processo de inclusão?
7. Como define o trabalho do educador especial na escola?
8. Como acredita que seu trabalho beneficiaria este processo de inclusão?
9. Acontece trabalho em conjunto com o educador especial na escola para facilitar a inclusão destes alunos? De que modo? Por que?
10. Quais suas percepções sobre os benefícios do seu trabalho em conjunto com o educador especial para facilitar a aprendizagem, socialização destes alunos?

APÊNDICE B- ROTEIRO DE ENTREVISTA COM O EDUCADOR ESPECIAL

1. Quanto tempo de profissão?
2. Possui pós graduação?
3. Tempo que atua na instituição?
4. Quais são suas atividades na escola?
5. Como se dá a relação com os professores, direção, outros?
6. Você se considera inserido na equipe da escola?
7. Como você observa, define e percebe o trabalho do psicólogo na escola?
8. No que concerne a inclusão, esse trabalho em conjunto com o psicólogo que facilitaria a inclusão de alunos com deficiência?
9. Você percebe esse trabalho em conjunto com o psicólogo que facilitaria processo de inclusão desses alunos?
10. Considerando o trabalho colaborativo, consegue fazer um trabalho colaborativo com o psicólogo?
11. Quais suas percepções sobre os benefícios do seu trabalho em conjunto com o psicólogo para facilitar a aprendizagem, socialização destes alunos?

APÊNDICE C- TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Título do estudo: “MEDIAÇÃO COLABORATIVA: O diálogo entre o profissional da psicologia e o educador especial”

Pesquisador responsável: Sílvia Maria de Oliveira Pavão
Mestranda: Gabriele Marchionatti Fontoura

Instituição/Departamento: Universidade Federal de Santa Maria/Programa de Pós-Graduação em Educação

Local da coleta de dados: Colégio Politécnico e CAED - UFSM

Eu, Sílvia Maria de Oliveira Pavão, responsável pela pesquisa ““MEDIAÇÃO COLABORATIVA: O diálogo entre o profissional da psicologia e o educador especial”, e a Mestranda Gabriele Marchionatti Fontoura o convidamos a participar como voluntário deste nosso estudo.

Esta pesquisa pretende conhecer as percepções, identificar as maneiras refletir sobre os benefícios entraves do trabalho entre Psicólogo e o Educador Especial no exercício de sua atribuição profissional frente ao processo de inclusão de alunos público alvo da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI). Acreditamos que ela seja importante, pois permitirá que surja novas discussões, reflexões sobre a atuação dos profissionais da psicologia e especial e desafios diante do contexto atual de inclusão escolar, quanto a colaboração, benefícios e dificuldades deste trabalho colaborativo entres estes profissionais.

Comitê de Ética em Pesquisa da UFSM: Av. Roraima, 1000 - 97105-900 - Santa Maria - RS - 2º andar do prédio da Reitoria. Telefone: (55) 3220-9362 - E-mail: cep.ufsm@gmail.com.

Para sua realização será feito o seguinte: a aplicação de uma entrevista do tipo semiestruturada, também na modalidade presencial, usando gravador. Sua participação constará de responder e a entrevista.

Os **benefícios** que esperamos como estudo são: buscar compreender a interfaces das ações dos profissionais da Psicologia e Educador Especial no contexto

escolar para efetivar a inclusão dos alunos público alvo da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI).

É possível que aconteçam os seguintes **riscos**, desconfortos durante a entrevista: você não se sentir à vontade para participar, ou não querer explicar, ou não querer se expor. Em caso de algum problema relacionado com a pesquisa, você terá direito à assistência gratuita que será prestada pelas pesquisadoras, com esclarecimento de dúvidas, indicações de leituras e materiais orientadores. As estratégias e procedimentos utilizados para prestar esse atendimento, a problemas que sejam comprovadamente causados por essa pesquisa, se dará por meio de esclarecimento de qualquer dúvida referente à pesquisa, explicação de termos e conceitos utilizados na pesquisa, indicação de leituras para complementar a prática, e também poderá orientar, caso necessário, a busca de outros acompanhamentos pertinentes a situação apresentada.

Durante todo o período da pesquisa você terá a possibilidade de tirar qualquer dúvida ou pedir qualquer outro esclarecimento. Para isso, entre em contato com algum dos pesquisadores.

Você tem garantido a possibilidade de não aceitar participar ou de retirar sua permissão a qualquer momento, sem nenhum tipo de prejuízo pela sua decisão.

As informações desta pesquisa serão confidenciais e poderão ser divulgadas, apenas, em eventos ou publicações, sem a identificação dos voluntários, a não ser entre os responsáveis pelo estudo, sendo assegurado o sigilo sobre sua participação.

Os gastos necessários para a sua participação na pesquisa serão assumidos pelos pesquisadores. Fica, também, garantida indenização em casos de danos comprovadamente decorrentes da participação na pesquisa.

Autorização

Eu, [nome completo do voluntário], após a leitura ou a escuta da leitura deste documento e ter tido a oportunidade de conversar com o pesquisador responsável, para esclarecer todas as minhas dúvidas, estou suficientemente informado, ficando claro para que minha participação é voluntária e que posso retirar este consentimento a qualquer momento sem penalidades ou perda de qualquer benefício. Estou ciente também dos objetivos da pesquisa, dos procedimentos aos quais serei submetido, dos possíveis danos ou riscos deles provenientes e da garantia de confidencialidade, bem

como de esclarecimentos sempre que desejar. Diante do exposto e de espontânea vontade, expresso minha concordância em participar deste estudo.

Assinatura do voluntário

Assinatura do responsável pela obtenção do TCLE

Local,

APÊNDICE D - TERMO DE CONFIDENCIALIDADE

Título: “MEDIAÇÃO COLABORATIVA: O diálogo entre o profissional da psicologia e o educador especial

Pesquisador responsável: Sílvia Maria de Oliveira Pavão
Mestranda: Gabriele Marchionatti Fontoura

Instituição/Departamento: Universidade Federal de Santa Maria/Programa de Pós-Graduação em Educação

Local da coleta de dados: Colégio Politécnico e CAED - UFSM

Os responsáveis pelo presente projeto se comprometem a preservar a confidencialidade dos dados dos participantes envolvidos no trabalho, que serão coletados por meio de entrevista semi estruturada com uso de gravador, no mês de setembro e outubro de 2022.

Informam, ainda, que estas informações serão utilizadas, única e exclusivamente, no decorrer da execução do presente projeto e que as mesmas somente serão divulgadas de forma anônima, bem como serão mantidas no seguinte local: xx Santa Maria - RS., por um período de cinco anos, sob a responsabilidade de Sílvia Maria de Oliveira Pavão. Após este período os dados serão destruídos.

Este projeto de pesquisa foi revisado e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da UFSM em...../...../....., com o número de registro Caae

Santa Maria,.....dede 20.....

.....
Sílvia Maria de Oliveira Pavão

APÊNDICE E - AUTORIZAÇÃO INSTITUCIONAL

Eu _____, abaixo assinado, responsável pela _____, autorizo a realização do “MEDIÇÃO COLABORATIVA: O diálogo entre o profissional da psicologia e o educador especial, a ser conduzido pelos pesquisadores Silvia Maria de Oliveira Pavão e Gabriele Marchionatti Fontoura.

Fui informado, pelo responsável do estudo, sobre as características e objetivos da pesquisa, bem como das atividades que serão realizadas na instituição a qual represento.

Esta instituição está ciente de suas responsabilidades como instituição coparticipante do presente projeto de pesquisa e de seu compromisso no resguardo da segurança e bem-estar dos sujeitos de pesquisa nela recrutados, dispondo de infraestrutura necessária para a garantia de tal segurança e bem-estar.

Data

Assinatura e carimbo do responsável institucional

ANEXO A – RESUMOS COMPLETOS PESQUISA BDTD

Título/Ano de publicação:	Autores/Instituição	Resumo* *Os resumos foram reduzidos, apresentando somente objetivo, metodologia e conclusão. Resumos completos Anexo B
Processo de Inclusão no Instituto Federal de Goiás: O Papel do Psicólogo (Dissertação)/ 2017	ANTUNES; A. A/ Universidade de Brasília - Instituto de Psicologia	No contexto sociocultural que vivemos, existe na estrutura social sob a figura do Estado, a ideologia na qual vivemos sob a égide dos direitos e garantias universais. Porém o Estado capitalista tem atuado historicamente em favor dos interesses das classes dominantes, por meio de ideologias de exclusão dos mais pobres, dos deficientes, de classes étnico-raciais e, em geral, daqueles que não correspondem aos padrões de normalidade, os denominados “anormais”. No contexto escolar, instituição engendrada nos modelos sociais do Estado, o conceito de inclusão tem sido problematizado pelos diferentes atores da educação. No bojo da inclusão emergem temas relacionados à diversidade, ao fracasso escolar, as políticas públicas inclusivas e a um dos temas deste trabalho: O papel dos psicólogos neste contexto. O <i>locus</i> desta pesquisa foi o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (IFG), instituição transversal de ensino que engloba desde o ensino médio à pós-graduação. Neste sentido, este trabalho investigou o processo de tornar-se psicólogo <i>em e para</i> a diversidade no âmbito do IFG. Inerente ao signo da inclusão, perpassamos as formas de engajamento político destes profissionais em relação as diferentes demandas inclusivas institucionais. A pesquisa se fundamenta na perspectiva da Teoria Histórico-Cultural na qual concebe-se a cultura como um elemento diacrônico e central de análise. Assume-se que a <i>práxis</i> dos psicólogos atuantes nas políticas intersetoriais que tratam da inclusão na rede federal de ensino deve ser analisada em seu contexto histórico-cultural. Sustentado por esta perspectiva, o objetivo deste trabalho foi analisar a <i>práxis</i> e a construção intersubjetiva (sujeito e contexto socioinstitucional) dos psicólogos escolares do IFG em relação ao conceito de inclusão, ao engajamento político e às possibilidades de tornar-se psicólogo <i>em e para</i> a diversidade. Utilizou-se, como metodologia, a Epistemologia Qualitativa de González Rey, tendo como instrumento de construção de informações a Conversação. As zonas de sentido evidenciadas nortearam reflexões sobre a atuação dos psicólogos no IFG, e as formas de engajamento político destes profissionais em relação à inclusão <i>em e para</i> a diversidade na instituição.
Acompanhamento terapêutico: Articulação entre educação e psicanálise na inclusão escolar (Dissertação)/ 2018	GOMES, A. R./ Universidade do Estado do Rio de Janeiro	Neste trabalho, procuramos refletir sobre a atuação do acompanhante terapêutico no contexto do paradigma da inclusão escolar paradigma que, atualmente, é fortemente debatido. Também buscamos evidenciar o potencial terapêutico da prática desse acompanhante no ambiente escolar. Para realizarmos nossa pesquisa, lançamos mão de contribuições da psicanálise, já que entendemos que suas contribuições são valiosas para a educação. Ao mesmo tempo, levamos em consideração a própria prática como acompanhante terapêutica em uma instituição regular de ensino junto a uma criança autista. Consideramos que a referida prática profissional apóia-nos para elaborarmos uma articulação entre educação e psicanálise na chamada escola inclusiva, possibilitando-nos a construção de novas formas de pensar a inclusão escolar. Apostamos, portanto, em pensar a inclusão escolar a partir de outra perspectiva, rompendo, de certa forma, com a lógica atual - essa perspectiva relaciona-se à singularidade de cada sujeito

ANEXO B - RESUMOS COMPLETOS PESQUISA PORTAL DA CAPES

Título/Ano de publicação:	Autores	Resumo
Atuação do psicólogo escolar na educação inclusiva/2022	SCHMENGLER, A. R.; FONTOURA, G. M.; PIZZOLOTTO, R.; PAVÃO; S. M. de O.	Essa pesquisa é oriunda de discussões, realizadas na academia, sobre as práticas pertinentes para a educação inclusiva. O objetivo consistiu em verificar o papel do Psicólogo Escolar para a inclusão de alunos Público-Alvo da Educação Especial. Delimita-se como pesquisa qualitativa, exploratória, do tipo bibliográfica. Para embasar as reflexões apresentadas, recorreu-se a referências sobre a Psicologia Escolar, além de documentos legais, tais como as políticas públicas. Foi realizada a busca por meio digital, em periódicos da área da Educação e da Psicologia, nas produções com Qualis A2 e B1, que discorrem sobre a atuação da Psicologia Escolar em contexto educacional inclusivo. Os achados apontaram que o Psicólogo Escolar tem papel relevante no processo inclusivo, de modo a atuar em diferentes espaços e níveis de escolarização. Pode contribuir com suas práticas, na orientação dos professores, dos alunos e de toda comunidade escolar. O número de publicações revelou a necessidade de ampliação e publicação de pesquisas. Ao concluir que são expressivos os ganhos dessa atuação, seja para o movimento inclusivo, como para todos os agentes envolvidos, urge divulgar esse trabalho e reivindicar a presença do Psicólogo Escolar nas instituições educacionais.
Psicologia escolar e educação inclusiva: da formação às práticas de psicólogas escolares de Mato Grosso do Sul/2019	ALTRÃO, S.S; ALMEIDA, D, M de M.	Este artigo resulta de um estudo que teve por objetivo conhecer concepções e práticas de psicólogas/os escolares em relação à Educação Inclusiva. Para tanto, destacou a formação e a atuação de profissionais institucionalmente ligados a redes municipais de educação de municípios da região sul de Mato Grosso do Sul: Ivinhema, Batayporã e Glória de Dourados. Por meio de pesquisa qualitativa na modalidade estudo de caso buscou-se compreender fatores que influenciaram nas escolhas pela atuação na Psicologia Escolar e Educacional, processos de qualificação profissional para o exercício neste campo, bem como os desafios enfrentados em suas trajetórias para a promoção da inclusão escolar nos sistemas de ensino em que atuam. Os resultados sugerem que a presença de psicólogos escolares na região ainda é inexpressiva e as profissionais atuantes, embora demonstrem conhecimentos sobre a inclusão, encontram dificuldades no planejamento e na implementação de projetos voltados à construção de práticas educativas inclusivas.
Inclusão escolar: concepções de psicólogos escolares e educacionais/ (2018)	FONSECA, T da S.; FREITAS C.S. C.; NEGREIROS, F.	Este estudo teve como objetivo investigar a concepção de psicólogos escolares e educacionais sobre a inclusão escolar. Tratou-se de um estudo de campo, qualitativo, descritivo, que teve como participantes dez psicólogos escolares e educacionais que atuavam na Educação Básica em escolas da rede privada de ensino. O instrumento de coleta de dados utilizado foi um roteiro de entrevista semiestruturada, analisado pelo método da análise de conteúdo. Mediante a análise, obtiveram-se cinco categorias: inclusão escolar como relevante e desafiadora; inclusão escolar como obrigatoriedade

		legal; promoção da inclusão escolar; escola como espaço de aprendizagem e/ou socialização; e benefícios da inclusão escolar. Os resultados apontaram que os psicólogos escolares e educacionais concebem a inclusão escolar como um processo relevante, desafiador e benéfico para os envolvidos. Os desafios abrangeram aspectos relacionados principalmente à necessidade de suporte físico, humano e governamental para a efetivação da inclusão escolar. Os benefícios direcionaram-se para todos os alunos e para os profissionais que atuam no ambiente escolar.
Psicologia escolar e educação inclusiva: A atuação junto aos Professores/2018	FONSECA, T da S.; FREITAS C.S. C.; NEGREIROS, F.	Esta pesquisa objetivou analisar a atuação do psicólogo escolar junto aos professores frente a Educação Inclusiva. A metodologia utilizada foi qualitativa do tipo exploratório-descritiva. Os participantes foram dez psicólogos escolares que atuavam em instituições privadas de ensino. O instrumento de coleta de dados foi um roteiro de entrevista semiestruturada. O procedimento de análise de dados utilizado foi a análise de conteúdo. Os resultados obtidos implicaram em três categorias: demandas inclusivas direcionadas ao psicólogo escolar; atividades desenvolvidas pelo psicólogo escolar junto aos professores; e resultados da atuação do psicólogo escolar junto aos professores. Os resultados evidenciaram a existência de demandas inclusivas comportamentais, acadêmicas e de manejo familiar direcionada pelo professor ao psicólogo escolar; o desenvolvimento de práticas profissionais tanto de cunho resolutivo como preventivo pelo psicólogo escolar; e a atuação do psicólogo escolar junto aos professores frente a Educação Inclusiva foi percebida como benéfica, principalmente no que se refere a aspectos de evolução do aluno, de mudanças atitudinais dos professores e de diminuição de demandas direcionadas ao Serviço de Psicologia Escolar.
Contribuições do Psicólogo Escolar no Processo de Inclusão/ 2018	SILVA, B. E. D.; MOREIRA, H.W. OLIVEIRA, A. B de SILVA, M. A. L.; CARVALHO, M das G de	Este estudo aborda o contexto social da inclusão escolar e objetiva analisar as contribuições da intervenção do psicólogo escolar no processo de inclusão, especificamente dos alunos com dificuldades de aprendizagem, discorrendo sobre a Educação inclusiva, a importância do acolhimento escolar de crianças com dificuldades de aprendizagem. O método consistiu em uma revisão bibliográfica, com abordagem qualitativa, nas bases de dados: Scielo, Pepsic e Google Acadêmico, além de livros e periódicos, seguindo termos norteadores como Inclusão, Dificuldades de Aprendizagem, Atuação do psicólogo escolar, contribuições para a inclusão, entre outras. Os resultados apontaram que a prática de atuação do profissional de Psicologia na escola contribui para vencer o desafio da inclusão, uma vez que o mesmo possui conhecimentos e domina técnicas favoráveis à relação entre as pessoas, podendo orientar os docentes, ajudar no diagnóstico dos alunos e auxiliar os pais na compreensão das dificuldades. Concluiu-se que a escola inclusiva é uma necessidade para a educação construtivista e democrática, que não prescinde da intervenção do psicólogo escolar, para facilitar a vida dos alunos e o sucesso da instituição.
Políticas Educacionais e Psicologia: diálogos para	URT, S. da C.; PIATTI, C. B.;	O principal objetivo deste trabalho é propor reflexões acerca das políticas para educação inclusiva de

incluir alunos com necessidades educativas especiais/2017	SILVA, J. M.; BALBINO, S. I.	alunos(as) com necessidades educativas especiais. Provém do estudo de dissertações defendidas entre 2003-2017 nos cursos de mestrado em Psicologia em Mato Grosso do Sul, e compõe os estudos da pesquisa "Políticas Educacionais e Formação: Produção, Projetos e Ações de Educação e Psicologia". A Teoria Histórico-cultural embasou as análises realizadas. Consideramos que a interface entre Psicologia e Educação auxilia no estabelecimento e manutenção dos direitos de todos(as) ao atendimento de específicas necessidades educacionais, já que entende a educação como principal atividade para o desenvolvimento cognitivo.
-----------------------------------------------------------	---------------------------------	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------